UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

AS TRABALHADORAS DA CASTANHA: DIMENSÕES DO TRABALHO DE MÃES
OPERÁRIAS EM MOSSORÓ/RN

RECIFE
FEVEREIRO/2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

*AS TRABALHADORAS DA CASTANHA: DIMENSÕES DO TRABALHO DE MÃES
OPERÁRIAS EM MOSSORÓ/RN*

*Dissertação de mestrado apresentada ao
programa de Pós Graduação em Sociologia, da
Universidade Federal de Pernambuco, para a
obtenção do grau de mestre elaborada por Márcia
Karina da Silva sob a orientação do prof.dr.
Russel Parry Scott.*

Recife
Fevereiro/2004

Dedicatória

Ao meu esposo Ronaldo Robson, personalidade impar de quem tenho recebido amor, carinho e compreensão, durante toda a trajetória desse trabalho, o qual sem ele não seria possível tal realização.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu Mestre e Senhor, pelo seu grandioso cuidado por mim.

Ao professor Dr. Russel Parry Scott, que pacientemente orientou-me nesse empreendimento. Nossos diálogos e trocas de idéias foram fundamentais para o resultado deste trabalho.

Ao meu filho Daniel Luiz, pelas muitas horas em que suportou minha ausência à favor deste trabalho, meu amor e carinho.

Aos meus pais, Raimundo e Ana, pelo apoio e incentivo para que este trabalho se tornasse realidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
CAPITULO I - MULHER: TRABALHO E FAMÍLIA NO BRASIL	10
1.1 Uma introdução ao tema	10
1.2 Família: tema obrigatório de reflexão da dinâmica das relações de gênero	14
1.3 Estudos sobre a mulher, trabalho e família no Brasil.	18
CAPITULO II. – AS ORIENTAÇÕES TEORICAS-METODOLOGICAS DA PESQUISA	31
CAPITULO III – METODOLOGIA DA PESQUISA: CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO PESQUISADO	39
3.1 Descrição do grupo investigado	40
3.2 Caracterização do universo pesquisado	42
3.2.1 A escolha do objeto de pesquisa	42
3.3 Descrição da instituição	47
3.3.1 Beneficiamento da castanha: descrição do processo	48
3.3.2 Perfil dos trabalhadores: as habilidades femininas e masculinas no interior da fábrica	52
CAPITULO IV – A CONCILIAÇÃO DO LAR E TRABALHO NA PERSPECTIVA DE MULHERES OPERÁRIAS	62
4.1 A mulher e a realização das tarefas de manutenção da casa	63
4.2 A mulher e o cuidado dos filhos	71
4.3 A mulher e as atividades extra lar e trabalho	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
BIBLIOGRAFIA	83
ANEXO	87

RESUMO

O presente trabalho se propõe a estudar o binômio lar-trabalho. A dupla jornada de trabalho caracteriza o cotidiano das mulheres que desempenham uma atividade assalariada. Mesmo produzindo bens que têm no mercado um valor de troca, as mulheres não são liberadas da execução das tarefas domésticas.

Sendo assim, a presente pesquisa se realizou com mulheres operárias de baixa renda de uma fábrica de beneficiamento de castanha (USIBRAS) situada em área urbana, na cidade de Mossoró/RN, onde dentro do universo do lar/trabalho, buscamos saber como estas mulheres fazem para conciliar ambas esferas, tendo de dividir-se ora como trabalhadora na fábrica, ora como mãe, ora como doméstica.

Os dados sugeriram que apesar da superatividade a mulher tenta organizar as horas do seu dia para conciliar suas atividades profissionais com suas tarefas no lar, pois é através do trabalho na fábrica que se dá o sustento parcial ou total da família.

Palavras-chave – Gênero, mulher, trabalho, público/privado.

ABSTRAT

The present work if he/she proposes to study the binomial home-work. The couple work day characterizes the daily of the women that you/they carry out a salaried activity. Same producing goods that have at the market a change value, the women are not liberated of the execution of the domestic tasks.

Being like this, to present researches if it accomplished with women would operate of low income of a factory of chestnut improvement (USIBRAS) located in urban area, in the city of Mossoró/RN, where inside of the universe of the house - I work, we looked for to know as these women do to reconcile both spheres, I tend of dividing some times as worker in the it manufactures, other times as mother, now as maidservant.

The data suggested that the in spite of the superativity the woman tries to organize the hours of his/her day to reconcile their professional activities with their tasks in the home, because you/he/she is through the work in the factory that feels the sustenance partial or total of the family

INTRODUÇÃO

Várias são as perspectivas sob as quais a mulher tem sido estudada. A mais de três décadas, trabalhos vêm sendo empreendidos a fim de compreender a condição da mulher na sociedade. O resultado disso foi uma explosão de pesquisas que tinham por objeto de estudo a mulher.

Na presente pesquisa, pretendemos compreender como a mulher articula o espaço da casa com o do trabalho, isto é, saber quais os caminhos por elas apontados para a conciliação de tais espaços. Sendo assim, elegemos como objeto de pesquisa mulheres operárias de baixa renda da área urbana, residentes na cidade de Mossoró/RN, todas elas operárias da Usibrás (Usina Brasileira de óleos & beneficiamento de castanha LTDA). Para efeito temático e metodológico, dividimos o grupo de mulheres que entrevistamos em duas categorias conjugais, as que vivem com um companheiro e as que não convivem, respondendo assim financeiramente pelo sustento da família. Tal recurso tem por objetivo saber como os indicadores: realização das tarefas de manutenção do lar, cuidados dos filhos e participação em atividades extra lar e trabalho, se apresentam em ambas situações.

Quanto as orientações teóricas da pesquisa, estas foram empreendidas a partir das reflexões de Bourdieu (1989, 2000) onde nos detemos nos conceitos de poder simbólico, campo e habitus elaborados pelo o autor.

Partindo do pressuposto de que mesmo com a entrada da mulher no mercado de trabalho, esta não foi liberada das tarefas de manutenção do lar, cuidado dos filhos (Fausto Neto:1982), como pensava algumas feministas de inspiração marxista, enfim das atividades que a sociedade espera que a mulher realize. Argumentamos no entanto que tal saída do espaço privado para o público, embora não tenha sido acompanhada de uma divisão sexual do trabalho mais justa ou mesmo mais equilibrada entre os gêneros,

acreditamos que ao sair do espaço restrito do lar para o trabalho a mulher entra num processo de nova socialização, onde novas perspectivas começam a ser vislumbradas. Enfim de acordo com Lobo (1992) a mulher começa a construir uma nova identidade.

Sendo assim partindo de tal pressuposto estruturamos o trabalho da seguinte forma: no primeiro capítulo esboçamos um resgate histórico, a partir do movimento feminista, a fim de mostrar como inicialmente se deram os primeiros movimentos de mulheres, quais suas aspirações iniciais, mas principalmente mostrar como esse tema chegou a academia. Para isso lançamos mão das reflexões feita por Heilborn e Bila Sorj (2000) que mostram como essa incorporação do tema mulher se deu a nível internacional e local. Nesse mesmo capítulo expomos ainda, em um subtítulo, um conjunto de estudos já realizados nos quais a mulher é percebida sob várias perspectivas, principalmente da perspectiva da casa e do trabalho. Num outro subtítulo, discutimos como a saída a mulher da casa para o trabalho desencadeou uma série de mudanças para família onde as relações de gênero tiveram de ser repensadas. Em suma no primeiro capítulo, empreendemos expor como as questões acerca da mulher, casa e trabalho, começaram a ser pensadas, e como ao longo do tempo tais questões passaram a ser percebidas pela sociedade. Procuramos ainda, de forma muito breve, expor algumas das muitas opções epistemológicas que os pesquisadores (as) tem lançado mão afim de compreender melhor a mulher na sociedade.

No segundo capítulo nos detemos em trabalhar o referencial teórico que orienta a pesquisa, onde passamos a expor os conceitos de habitus, campo e poder simbólico elaborados por Bourdieu (1989, 2000). Tais conceitos nos auxiliarão no momento em que estivermos analisando os dados da pesquisa. Nesse capítulo, basicamente nos detemos em expor os conceitos elaborados pelo autor.

O terceiro capítulo se propõe a dois objetivos, onde num primeiro momento apresentamos a metodologia da pesquisa: instrumento de coleta dos dados e técnica de

análise. Num segundo momento passamos a caracterizar o grupo estudado e o universo sob o qual se move a pesquisa. Neste último nos detemos em descrever a estrutura da fábrica e seu processo de produção. Procuramos nesta descrição do universo da pesquisa mostrar como homens e mulheres são alocados no interior da fábrica. Para isso contamos com a ajuda da gerente do setor pessoal da fábrica que lá trabalha a 13 anos. Já neste capítulo iniciamos uma primeira análise dos dados da pesquisa centrados no campo do trabalho do grupo estudado.

No capítulo quatro, a análise dos dados que se iniciou no capítulo anterior se estende por todo o presente capítulo, sendo que agora não mais enfocaremos a dimensão do trabalho do grupo, mas a esfera da casa onde a partir dos indicadores : tarefas domésticas, cuidado dos filhos e lazer, passamos analisar os dados que se dará através dos extratos das entrevistas. Subdividimos o capítulo em três partes, ao término de cada uma delas confrontamos as experiências das operárias que são casadas e as que não são, com o objetivo de saber como numa e noutra circunstância se apresentam os indicadores que selecionamos para mensurar os objetivos da pesquisa, qual seja, saber como mulheres operárias de baixa renda fazem para conciliar a casa com o trabalho na fábrica.

Logo em seguida apresentamos as considerações finais da pesquisa, onde buscamos de forma breve recapitular os objetivos da pesquisa e em seguida expor as conclusões a que chegou a pesquisa. Após as considerações finais segue a bibliografia utilizada e um anexo, composto do roteiro de entrevista.

CAPITULO I

MULHER: TRABALHO E FAMÍLIA NO BRASIL

1.1 Uma introdução ao tema

No presente capítulo, inicialmente empreendemos um resgate histórico da mulher, numa perspectiva feminista, com objetivo de situar num cenário geral a mulher enquanto protagonista na sociedade.

Foi no século XIX que mulheres de muitas regiões do mundo começaram a se organizar contra as desigualdades baseadas no sexo, e exigir reformas jurídicas visando remover os controles patriarcais na família e na sociedade em geral. Movimentos liberais, socialistas e modernizantes foram forças importantes em apoio a mudanças jurídicas e sociais na posição das mulheres. Com o passar do tempo o movimento tornou-se mais estruturado passando assim a ser chamado feminismo, definido por Michele Barrett (1996) como movimento em defesa por direitos iguais para mulheres e homens, acompanhada do compromisso de melhorar a posição das mulheres na sociedade. Ele pressupõe, portanto uma condição básica de desigualdade, seja esta concebida como dominação masculina, patriarcado, desigualdade de gênero ou os efeitos sociais da diferença sexual.

A história do feminismo divide-se em dois períodos amplos. A “primeira onda” como às vezes é chamada, que é a do período de 1860 a 1920, caracterizada acima de tudo por direitos iguais para homens e mulheres no que diz respeito principalmente a igualdade de oportunidades de emprego, o pagamento igual e a igualdade em termos de benefícios sociais. O segundo período de maior força organizacional do feminismo começou no final dos anos 60. Brotou do clima de radicalismo estudantil na Europa e nos Estados Unidos. O feminismo da segunda onda ergueu-se a partir das percepções de algumas das primeiras teóricas, como Simone de Beauvoir. Os movimentos feministas desse período são convencionalmente divididos em duas correntes principais: uma tipificada como movimento reformista, que se preocupava principalmente em obter

direitos iguais e em eliminar a discriminação contra as mulheres; a outra, caracterizada como a tendência de libertação das mulheres, preocupava-se em realizar um programa mais radical de mudança social.

Foi só em tempos comparativamente recentes, em seguida ao advento da “segunda onda feminista”, que os movimentos de mulheres começaram a receber a atenção dos estudiosos.

No caso Brasileiro, como apontam Heilborn e Bila Sorj (2000), aconteceu uma integração das acadêmicas feministas a dinâmica da comunidade científica nacional. Diferentemente do caso norte-americano, onde as feministas na década de 60 do século passado assumem a dianteira na crítica às formas de organização científica e profissional, as divisões disciplinares e aos critérios de autoridade científica, protagonizando uma série de protestos nas universidades americanas que questionavam a visão despolitizada do estabelecimento das ciências sociais da época, provocando a criação de novos cursos e demarcando um outro espaço de poder. Segundo as autoras isso se deve, no que diz respeito ao Brasil, em decorrência de uma orientação mais moderada no que diz respeito ao confronto entre os sexos, uma vez que demonstravam maior afinidade com o discurso das esquerdas no que diz respeito à luta de classes, assinalando assim o marxismo como uma de suas principais fontes de inspiração, e as lutas pela democratização do país. Isso explicaria o porque da pouca disposição das acadêmicas feministas em assumir uma posição de confronto ou de isolamento.

Observa ainda as autoras, que a partir da década de oitenta, acontece uma gradativa substituição do termo mulher, uma categoria empírica/descritiva, pelo termo gênero, uma categoria analítica que enfatizou os aspectos relacionais e culturais da construção do feminino e masculino. “Os homens passaram a ser incluídos como uma categoria empírica a ser investigada nesses estudos, e assim uma abordagem que

focaliza a estrutura social mais do que os indivíduos e seus papéis sociais foram favorecidos”.(Heilborn e Sorj, 2000:188)

Nessa mesma perspectiva, Joan Scott (1996) afirma que “gênero como substituto de mulheres é utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro”. Em outras palavras a autora chama atenção para a idéia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens. Nessa perspectiva o uso do termo gênero rejeita a utilidade interpretativa da idéia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma isolada perpetua o mito de que a esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Sendo assim “o gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as construções sociais, a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e as mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e mulheres. O gênero é, segundo essa definição uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”(Scott,1996:3)

Diante do que foi apontado, poderíamos então concluir acerca do conceito gênero, que ele se constrói e se expressa em muitas áreas da vida social. E mais, as relações de gênero assumem formas diferentes em diferentes sociedades, períodos históricos, grupos étnicos, classes sociais e gerações. Um aspecto muito comum é que a diferença dos gêneros se associa á desigualdade de gênero, com os homens exercendo poder sobre as mulheres.

Depois de apropriado e incorporado pela academia, a categoria gênero passa a ser usada pelos pesquisadores da temática. Ocorre que, segundo Lia Zanotta Machado (1992):

“No Brasil, na segunda metade dos anos 70 marcada pelo impulso dos movimentos feministas e de mulheres e a abertura da academia a

essa questão se inicia a partir daí. Enquanto, no final da década de 80, há um refluxo da visibilidade do movimento, intensificam-se os estudos na academia” (Machado, 1992:10).

Neste momento segundo a autora, instaura-se uma fase de mais questionamentos e de menos respostas, onde se intensificam as discussões acerca da pluralização dos pontos de vista a respeito de como caracterizar os interesses das mulheres. Em vez de as mulheres se adaptarem aos papéis dos homens, algumas feministas defenderam a recolocação e a reavaliação da feminilidade e dos papéis tradicionais das mulheres dentro da família.

Os questionamentos se davam no sentido de saber se feminismo pode ou deve gerar objetivos capazes de ter uma aplicação universal. Tal questionamento veio a tona após o slogan citado por Robin Morgan nos anos 70, de que “a irmandade é global”, sendo criticado por feministas negras e do terceiro mundo por presumir que mulheres de todas as regiões partilhavam interesses e laços de solidariedade comuns. Elas propunham uma visão mais diferenciada dos interesses das mulheres como sendo formados por fatores tais como classe e etnia, de modo que podiam levar a relações de dominação e subordinação entre mulheres. Esta é então a fase que o movimento passava por um novo momento onde, a agenda de seus objetivos estaria sujeita a variações, ou seja, chega-se à conclusão de que o feminismo não se constitui um sistema homogêneo de idéias.

Seguindo essa mesma perspectiva, Antonio Flávio Pierucci (1999), no quinto capítulo de sua obra “Ciladas da Diferença”, aborda a diferença feminina enquanto uma diferença de gênero que vai se desdobrando, cortada (clivada, hierarquizada) por outras diferenças como as de raça, etnia e classe social. Diz ainda: “Enquanto as feministas “da primeira onda” lutavam pela igualdade de direitos em relação aos homens e as feministas da “segunda onda” enfatizaram – essencializando - a diferença feminina

enquanto um dado cultural irreduzível, outras clivagens internas foram se constituindo, expondo novas fraturas no movimento feminista e expondo outras identidades como as de mulheres negras, operárias, prostitutas, muçulmanas, imigrantes.” O autor chama então a atenção para o fato já citado anteriormente, de que não existe uma mulher genérica (ocidental, branca e de classe média). Contudo é preciso ressaltar que tal reconhecimento, necessariamente não nega a possibilidade de se criar uma base de ação coletiva de objetivos comuns.

A categoria gênero constitui-se para o movimento feminista tanto no nível acadêmico quanto da militância, um importante instrumento de análise das relações sociais, onde uma nova leitura das relações sociais é proposta, filtrada a partir das lentes do gênero.

1.2 Família: tema obrigatório de reflexão para a dinâmica das relações de gênero.

Sem dúvida o tema família torna-se obrigatório aos estudiosos das relações de gênero, isso porque segundo Maria Quartim de Moraes (1981), atualmente as funções desempenhadas pela mulher no interior da família, da maternidade à produção de bens e serviços, conferem universalidade à situação vivida pelo sexo feminino em diferentes sociedades do mundo industrial. Segundo a autora “no momento em que se rompe a unidade entre família e produção, com a emergência da produção mercantil e a progressiva industrialização da produção, processa-se também o divórcio entre privado (o ambiente da casa/ família) e o público (o mundo do trabalho)”.(Moraes, 1981:47).

A este fenômeno, a saber, o da transferência da unidade produtiva da casa para a empresa, implicou, portanto, na transformação progressiva da organização da família nas sociedades industriais. A partir de tais mudanças, a própria definição de família¹

¹ MURDOCK, 1949 definiu família como um grupo social caracterizado pela residência, a cooperação econômica e a reprodução (dicionário do pensamento social do séc. XX, p. 297)

passou a ser questionada, bem como seu modelo patriarcal, “um tipo fixo onde os personagens, uma vez definidos, apenas se substituem no decorrer das gerações, nada ameaçando sua hegemonia, e um troco comum onde brotam todas as outras relações sociais”. (*Mariza Corrêa, 1981:06*) Segundo Mariza Corrêa, sua transformação se dá com o advento da industrialização e a ruína das grandes propriedades rurais, onde a família patriarcal passa a ser substituída pela família conjugal moderna, esta definida por Carlos Antônio Medina (1990) como “espaço do afetivo”, onde segundo o autor, uma das mais marcantes características dessa nova família é a alteração da posição da mulher na estrutura familiar.

Voltados para as mudanças que a inserção da mulher no mundo da produção tem engendrado no âmbito da família, os estudos sobre família emergem como locus de observação fundamental na construção das relações de gênero, onde neste contexto se fortalecem ou mesmo se reavaliam posições/papéis até então percebidas como fixas.

Uma pesquisa sobre os anos noventa “família, trabalho e condições de vida na região metropolitana de São Paulo”, tinha por objetivo analisar as mudanças na família e na relação família-trabalho no contexto das transformações das atividades econômicas. Esta foi realizada pelo NEPP/UNICAMP, sob coordenação de Montali², e lidava com família e trabalho conjuntamente, afim de perceber as influências recíprocas da estruturação das atividades produtivas e da estruturação das famílias. Nessa perspectiva os achados de pesquisa são analisados como resultantes de uma complexa relação entre os determinantes econômicos e os determinantes culturais no acesso ao trabalho associado à família. A articulação entre a esfera de produção e as estruturas de acesso ao trabalho produtivo e a esfera da reprodução e as estruturas familiares são feitas pela lógica da divisão sexual do trabalho, vigente tanto no mercado de trabalho como na família.

Tendo por referência a articulação entre produção e reprodução, os estudos acerca da família/trabalho precisamente nos anos 90, através da divisão sexual do trabalho, e a mútua influência entre essas duas esferas, buscaram saber de que maneira as transformações nas formas de produção e gestão, que afetam as oportunidades diferenciadas de emprego de homens e de mulheres no mercado de trabalho, manifestam-se na unidade familiar. Sendo assim as pesquisas empreendidas nesse campo lança mão do conceito divisão sexual do trabalho, para analisar as mudanças na relação família/trabalho. Busca-se assim, apreender a relação entre família e trabalho como “um ator reunificado que intervém ao mesmo tempo nas duas esferas” (Montali 1998: 28), ambas articuladas pela divisão sexual do trabalho. A divisão sexual do trabalho nas sociedades industriais opera simultaneamente e “*indissolúvelmente nas duas dimensões*”, pois segundo Montali (1998), não é suficiente estudar os efeitos da vida profissional sobre a família e o inverso, mas se faz necessário tratá-las em conjunto, sob uma mesma lógica que atribui ao homem e a mulher seus lugares específicos nestas estruturas, ou seja, “não se pode dissociar o estudo do lugar dos homens e das mulheres na produção de seu lugar na família, estes se remetem sempre um ao outro” (Montali, 1998:30).

A pesquisa citada trouxe indicações de que o processo de reestruturação produtiva intensificada a partir de 1990 vem restringindo gradativamente os postos de trabalhos masculinos na primeira metade dos anos 90, ao mesmo tempo em que se mantinham as taxas de ocupações femininas oscilando num mesmo patamar.

Apesar de na segunda metade dos anos 90 acentuarem-se mudanças na inserção das mulheres no mercado de trabalho, tais como a entrada em novos postos de trabalho até então tipicamente masculinos (Hirata: 1998), e aumento sua participação entre profissionais de nível superior em profissões de maior prestígio antes reservadas aos

² Professora do departamento de sociologia da Universidade de São Paulo e coordenadora do NEPP.

sexos masculinos, Bruschini (1999) destaca que grande parte das mulheres ainda concentram-se em ocupações tradicionalmente femininas, evidenciando assim a persistência no decorrer dos anos 90 da “sexualização” das ocupações, ou seja, a existência de funções e setores de atividades que concentram diferencialmente homens e mulheres, expressando assim a divisão sexual do trabalho que opera tanto na família como no mercado de trabalho através de determinantes históricos e culturais, portanto, sociais.

Segundo Bruschini (1999), o setor de serviços concentra parte da força de trabalho feminina, sendo ele o que absorve a maior parte das mulheres ocupadas. Em outros países também se verifica a mesma tendência, quer sejam desenvolvido ou não, onde tem se mantido crescente a oferta de trabalho nesse setor no decorrer dos anos 90, dessa maneira as mulheres estão concentradas em um setor com relativa expansão de oportunidades de trabalho.

Dados recentes (SEADE, 1998 e 1999) mostram a continuidade da tendência de queda mais acentuada nas taxas de ocupação masculina, apesar da redução para ambos os sexos das possibilidades de absorção pelo mercado de trabalho a partir de 1997. Esta tendência de crescimento da taxa de participação feminina ao mesmo tempo em que cai a taxa de participação masculina é comum a outros países da América Latina e da Europa (Hirata 1997 e Abramo 1997)

Sendo assim, segundo os dados aqui apresentados através de pesquisas empreendidas no decorrer de toda a década de 90, percebemos o gradativo crescimento da participação da mulher em atividades remuneradas, por um lado pela seletividade do mercado, que ao definir um padrão de absorção da força de trabalho tem possibilitado a manutenção e o crescimento da participação da mulher, e por outro pelas alterações nos valores em relação ao papel da mulher na sociedade e alterações na estruturação dos núcleos domésticos aumentando a disponibilidade delas em todas as idades e posições

na família para o trabalho remunerado. Tal fenômeno vem afetando diretamente as estruturas de relações no interior da família.

Apesar do subtítulo do trabalho propor uma reflexão sobre o tema família, foge aos objetivos empreendidos pela presente pesquisa o estudo exaustivo deste. Sendo assim, bastou uma breve reflexão levando em conta a relação família/trabalho, e como as mudanças em ambas às esferas, influenciam mutuamente uma e outra. Os estudos sobre família estão a exigir abordagens cada vez mais amplas, que vem tentando penetrar nos elementos que formam os alicerces das relações familiares, o que se tem constituído um desafio para os estudiosos do tema, pela subjetividade que envolve tais relações.

A seguir estaremos apresentando de forma sucinta como família e trabalho estão fortemente vinculadas as experiências cotidianas de mulheres que atuam nessas duas dimensões. Tais estudos nos parecem pertinentes à compreensão do objeto a que nos propomos aqui estudar, qual seja, a conciliação entre família e trabalho, a partir da perspectiva de mulheres operárias da Usibrás³ (Usina Brasileira de óleos & castanhas, LTDA).

1.3 Estudos sobre a mulher trabalho e família no Brasil

Os estudos sobre mulher, trabalho e família, possuem uma configuração sólida dentro da investigação sociológica. A amplitude do tema e adversidade de abordagens que ele permite proporcionam uma análise substancial da condição da mulher na sociedade brasileira.

Os trabalhos existentes relativos a situação da mulher e da família no Brasil tem enfocado os mais variados aspectos das questões femininas. Os diversos temas

³ No capítulo II. estaremos fazendo uma descrição da fábrica: descrição das etapas da produção, seleção de mão de obra. Em fim uma descrição do universo sobre o qual se move esta pesquisa.

associam-se aos mais distintos modelos teóricos e/ou metodológicos no estudo de todas as camadas sociais. Corrêa (1983) afirma que essa variabilidade de discussão da problemática feminina é responsável pelas descontinuidades no campo de estudos sobre a mulher e a família no Brasil.

O tema econômico é um dos que tem recebido maior relevância entre os pesquisadores. Aguiar (1984) critica os marcos teóricos utilizados para mensuração das atividades das mulheres na força de trabalho, especialmente os dados censitários, que geralmente usam categorias de coleta de informações segundo os parâmetros econômicos dos países capitalistas, inadequados para retratar a organização social da produção dos países em desenvolvimento. Bruschini (1988) também critica os marcos teóricos utilizados para diagnosticar o trabalho feminino, quando estes seguem as regras da economia de mercado predominante nos países capitalistas, pois são inadequados para avaliar economias onde predominam as atividades informais e agrícolas. Revelam-se ainda mais incompatíveis para perceber a especificidade da atividade econômica feminina. Analisando os dados dos censos demográficos de 1970 e 1980, e dos PNAD, a autora constata que a presença da mulher no mercado de trabalho está se ampliando. No entanto, as possibilidades que a mulher tem de responder as demandas do mercado, estão condicionadas por fatores individuais e familiares como a idade, o estado conjugal, a existência de filhos e grau de instrução, e revelam também que as oportunidades de emprego para as mulheres sempre se concentram no setor terciário, e dentro dele, no setor de serviços, onde se encontra o mais baixo salário e o menor prestígio. Saffioti (1984) tratando da questão referente ao impacto da industrialização na estrutura do emprego feminino indica discriminações contra as mulheres e conclui como o modo de produção capitalista segrega a mulher da produção social. Pesquisando o universo da produção e do trabalho a partir das relações de gênero, Lobo (1991) analisa

as representações e a experiência da dominação na vida operária, situando o lugar do trabalho como referência para uma construção de uma nova identidade feminina.

Abreu (1993), estudando trabalhadoras a domicílio, explica o papel das ideologias de gênero na construção de uma atividade produtiva. Observa que a identidade de gênero das mulheres costureiras a domicílio está numa associação muito próxima ao mundo doméstico. Prado (1979) aborda o papel da esposa em seu aspecto histórico, sociológico e econômico. Procura mostrar como esse papel assume diferentes formas conforme a sociedade em questão, e a etapa histórica vigente. Conclui que o papel de mãe e esposa permite aos poderes dominantes exercer um controle social e econômico, e ao mesmo tempo, corresponder a uma expectativa ideológica do sexo masculino.

A questão ideológica também tem sido tratada pelos mais variados ângulos. Saffioti (1979) enfatiza os mecanismos através dos quais o fator sexo (usado como instrumento de opressão feminina) opera nas sociedades de classe para alijar da estrutura ocupacional grande contingentes de mulheres. Procurando entender à persistência e a valorização da família na sociedade industrial, Durhan (1980) constata que a família aparece como núcleo de atividades coletivas, sendo na família que se coletiviza o consumo e é nela que se constrói as representações sobre a sociedade.

Quanto à organização familiar, Sarti (1983) se concentra no trabalho doméstico e critica os limites contidos na análise econômica desta atividade, a qual relega a segundo plano a problemática da família. A autora descarta o conteúdo empírico dessa atividade, que a faz produtora de valores de uso, e enfatiza que o trabalho doméstico dentro da família é, sobretudo, uma atividade para os outros, observando como na prática das atividades reprodutivas vai se forjando um modo de ser feminino. Zaluar (1982) dentro do âmbito das atividades domésticas focaliza a mãe ou dona de casa, tentando perceber o controle da renda familiar, a locação, produção e distribuição das mercadorias pela família. Em estudo realizado entre operários e funcionários públicos, Rodrigues (1980)

evidencia como a vivência das mesmas condições materiais de existência, historicamente dadas, forma um habitus de classe.

Scott (1990) faz um estudo comparativo entre as percepções e experiências masculinas no domínio doméstico e mulheres em condições matrifocais. Percebe que o gênero é um elemento diferenciador nas definições de como são vividas as fases do ciclo doméstico, e na representação da casa nas estratégias masculinas e femininas. Tratando especificamente de famílias operárias e sua relação com a vila, Blay (1981) demonstra em sua pesquisa, serem as vilas operárias uma solução encontrada pelos industriais para resolver o problema da moradia da força de trabalho assalariado empregada pela emergente indústria capitalista. Verifica ainda como estas vilas permitiram a acumulação do capital a ser investido na indústria e na sua reprodução ampliada. Alvim (1979), a partir de um estudo de caso específico, aborda o lado familiar de um grupo operário, observando como a indústria têxtil aproxima as esferas de trabalho e da moradia dos seus operários, evidenciando como a relação entre o grupo doméstico e a fábrica é mediada pelo chefe da família e sua mulher.

Diante de algumas das muitas pesquisas que se preocupa com a questão feminina, podemos evidenciar que esta é vista sob os mais variados aspectos (educação, saúde, sexualidade, política, feminismo...) que permitem uma análise ampla sobre a condição da mulher na sociedade brasileira. Como ressaltamos no início, Corrêa (1983) avalia essa variabilidade como causadora de uma descontinuidade nos estudos nessa área. No entanto, acreditamos que tal variabilidade pode ser entendida como uma riqueza de dados que ao serem relacionados, dão um panorama geral e múltiplo das situações vivenciadas pela mulher na sociedade.

Os estudos sobre relações de gênero são exemplares nessa perspectiva de promover a interface de um conjunto de relações capazes de dar sentido a vida social. Segundo Macêdo (2000),

“Gênero torna-se, assim, uma categoria importante para o entendimento de como as sociedades humanas construíram e interpretaram as diferenças entre os sexos. Desse modo, a transição do sexo ao gênero não vai significar o abandono do primeiro, mas sua ressignificação, possibilitando a abertura para importantes pressupostos que servirão como norte para repensar as relações sociais” (Macêdo, 2000:62).

Souza Lobo (1991) com muita propriedade vislumbrava que esse desafio da busca de múltiplos significados é quem vem permitindo a desconstrução do “gênero a partir dos vários espaços em que ele se constrói: a família, o mercado de trabalho, as instituições, a subjetividade”.

Até aqui ainda não tocamos diretamente num elemento que está fortemente dissolvido nas relações sociais entre os gêneros, e que perpassa todo o conjunto da sociedade, que é a questão do poder. Os estudos acerca da mulher, trabalho e família não poderiam estar aqui completos se deixássemos de abordar tal perspectiva.

Em geral a abordagem do poder inserida no campo de estudos sobre a mulher e a família tem sido tratado por uma ótica unitária: a do estabelecimento de modelos macro-estruturais onde se inscrevem os pólos entre a dominação masculina e a subordinação da mulher. Os trabalhos de Saffioti (1979, 1984, 1987), são exemplificadores deste contexto de estudos, que tratam do mecanismo de exploração da força do trabalho pelo modo de produção capitalista, e articulam essa situação com a questão da opressão feminina no lar. A autora afirma que a opressão e a exploração são aspectos específicos de um processo que se reveste de várias dimensões, qual seja, a do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. A exploração deriva das relações de produção capitalista, na qual homens e mulheres estão sujeitos enquanto trabalhadores. A opressão e subordinação feminina, por sua vez se revestem de aspectos ideológicos quanto à

função da mulher no lar. Mas, tanto a opressão quanto à exploração tem fundamento único: o de natureza econômica.

Saffioti contesta a idéia de que com a constituição da sociedade industrial, a mulher foi lançada no mercado de trabalho. Ela defende que essa crença generalizada é apenas parcialmente verdadeira e que, embora haja uma tendência relativa para elevação da mão- de-obra feminina, esse crescimento tende a se estabilizar, e que a integração, ou não da mão-de-obra feminina esta sujeita a variações no próprio sistema capitalista, segundo períodos de crise, superprodução, pequena produção e conflitos mundiais. Para Saffioti, a realização plena da sociedade capitalista, modo de produção constituído de um processo de relação social contraditório, dificulta a participação da mulher no mercado de trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas é incompatível com a integração da mulher na sociedade.

A autora argumenta que o processo de marginalização da mulher encontra sua exploração no desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, esta entendendo forças produtivas capitalistas, como um tipo de desenvolvimento das forças produtivas cuja constituição está delineada por um processo de acumulação de capital.

O argumento da autora é que no processo típico do modo de produção capitalista, homens e mulheres igualmente estão sujeitos aos mecanismos próprios do sistema. Agora, sendo as mulheres historicamente colocadas numa posição inferior aos homens, com o advento do modo de produção, a mulher se integra parcialmente neste sistema de produção, em virtude de sua dupla determinação: a de sexo e a de classe social.

Segundo Saffioti, elementos da ordem da superestrutura, baseados numa tradição de que a mulher só caberia os serviços domésticos, servem como mecanismos de manutenção da ordem social capitalista. A marginalização da mulher dentro da sociedade capitalista, segundo Saffioti, vai realizar pelo uso de um fator universal: o sexo. A opressão feminina se manifesta por meio da manipulação social do sexo.

Manipulação esta que varia segundo o modo de produção. Na nossa sociedade, no modo de produção capitalista, as características biofisiológicas femininas são apresentadas como obstáculo ao seu desenvolvimento social. Encobrendo o uso racional destas características, apresentadas como verdadeiros impedimentos a realização da mulher enquanto ser humano, dando lugar à dimensão opressiva da inferiorização feminina. Tal condição, por sua vez, se reflete na divisão sexual do trabalho e que viabiliza a exploração enquanto condição de classe.

Por outro lado, a falta de qualificação técnica específica, sobretudo nas camadas mais pobres da população, contribui significativamente para a integração parcial da mulher nos sistemas capitalistas de produção. Soma-se a isso, segundo Saffioti, a socialização parcial das mulheres quanto à profissionalização. Cardoso afirma que:

“O trabalho extradoméstico é encarado pela mulher como subsidiário, como auxiliar ao orçamento doméstico, e sem pretensões de seguir carreira assim é que quando, numa situação de casamento ou de se tornar mãe, a tendência de grande parte das mulheres é abandonar o trabalho. Então, para o empresário capitalista o investimento na qualificação da mão-de-obra feminina torna-se antilucrativo, levando-o a preterir a força de trabalho feminina em benefícios da mão-de-obra masculina, ou então, só aceitando o trabalho da mulher quando ela é solteira e sem filhos” (Cardoso, 1987:20).

Desvendando o processo através do qual, no sistema capitalista, a mulher é alijada do processo de produção, Saffioti argumenta que a opressão feminina no lar serve aos interesses maiores do sistema capitalista. Sob sua ótica o próprio homem paga um preço pela dominação sobre a mulher, dado que, todo trabalhador mantém vínculos com mulheres, desde parentes consangüíneos, afins ou agregados como por exemplo; mãe,

esposa, filha, cunhada e etc... , e dado que, na nossa sociedade, o salário do trabalhador de baixa renda não é suficiente para cobrir os gastos de todo o grupo, toda vez que uma dessas mulheres recebe salário inferior, os prejuízos vão recair sobre toda a família e sobre o homem também.

A autora vai em frente na discussão de poder, verifica que sua existência esta além dos limites do Estado, como é definido pelas ciências políticas e jurídicas, que só reconhecem o poder político. Saffioti acredita que a vivência a nível micro, como a relação entre homem/mulher, é pautada por relações de poder.

No entanto, na análise da situação da mulher na sociedade onde predomina o sistema capitalista de produção, sob a ótica do materialismo histórico, o processo de discriminação feminina seria o primeiro passo para a consolidação do poder do homem sobre a mulher e, em última instância, o poder dos que controlam o poder político e econômico, sobre os socialmente desfavorecidos. O instrumento dessa discriminação é a naturalização do espaço doméstico como um local essencialmente feminino. Retiram-se os determinantes históricos, ao ressaltar-se uma possível “natureza feminina” para os papéis desempenhados pelas mulheres. Constrói-se, então pelo poder político e econômico, uma ideologia acerca do trabalho doméstico feminino para mascarar a realidade da opressão e exploração da mulher. Saffioti afirma que:

“Dada a desvalorização social do espaço doméstico, os poderosos tem interesse na crença de que este papel sempre foi desempenhado por mulheres. Para a solidificação desta crença nada melhor do que retirar desta atribuição de papéis sua dimensão sócio-cultural. Ao se afirmar que sempre e em todos os lugares as mulheres se ocupam do espaço doméstico, eliminam-se as diferenciações históricas e ressaltam-se as características “naturais” destas funções. Tais papéis passam a se inscrever na natureza feminina” (Saffioti, 1987:11)

Ao fazer a correspondência entre o poder econômico e político e os poderosos detentores dos meios de produção, a autora citada, pensa o poder como limitador e dotado apenas do poder do não, ou seja, parafraseando Foucault (1979) “*a forma negativa do interdito*”. *O poder é visto como “monstro abominável”*

Toda a perspectiva de Saffioti esta fundamentada no pólo dominante/subordinado, ou seja, o poder de um implica o não poder do outro: a uma matriz global e uma oposição binária entre dominantes e subordinados.

A separação clássica entre homem/dominante e mulher/subordinada é, para Saffioti, definitiva no curso da existência do grupo doméstico.

Atualmente, os estudos sobre mulher têm dado pouca atenção a modelos teóricos como este que acabamos de expor, qual seja, o de inspiração marxista bem como do patriarcado, visto que, segundo Barrett (1999) nas ciências sociais como um todo, conceitos inquestionáveis como estrutura social, papel, indivíduo, mercado de trabalho, tornaram-se discutíveis no que diz respeito as suas pressuposições acerca de uma totalidade social, e em particular os pressupostos do materialismo, onde a consciência depende da matéria e o domínio das relações econômicas como método de análise da realidade.

Sendo assim, percebemos que o pensamento feminista tanto contribui como sofre influências desses movimentos que fazem parte de uma mudança mais ampla dentro do pensamento social contemporâneo, onde novos estudos centrados numa perspectiva pós-estruturalista, onde em termos de análise sociológica o pós-estruturalismo é um fenômeno do capitalismo pós-industrial, determinado de forma crucial pela revolução da microeletrônica e pela globalização da comunicação, que vem combatendo fortemente o “*universalismo teórico*”. Entretanto, ainda segundo Barrett (1999):

“Isso não significa, contudo, que devamos nos converter completamente ao pós-estruturalismo. As muitas críticas pós-

estruturalistas ao pensamento liberal e ao marxismo expuseram, de forma decisiva, as falhas fundamentais dessas teorias. Se, entretanto, elas podem prometer uma alternativa mais viável é uma questão mais problemática. Enquanto isso, o abandono total das áreas de estudos tradicionais representadas pelas disciplinas acadêmicas – sociologia, economia política, implica grandes perdas”.(Barrett, 1999:123)

Sendo assim, acreditamos que durante um bom tempo, o interlocutor privilegiado do pensamento feminista, foi sem dúvida o marxismo, embora recentemente o debate venha se ampliando para o campo da psicanálise, das correntes pós-estruturalistas e pós-moderna. Sobre esta questão Bila Sorj diz:

“Apesar das consideráveis diferenças que separam o feminismo do marxismo em termos substantivos (primado da produção x da reprodução, esfera do mercado x doméstica, do privado x do público) as homologias entre ambas, no que diz respeito à construção de explicações, são surpreendentemente poderosas. Da mesma forma que o marxismo produziu uma teoria inclusiva, compreensiva, sobre o desenvolvimento histórico da sociedade calcada na idéia da luta de classe, a teoria feminista colocará a opressão da mulher no centro de suas formulações, dando-lhe, finalmente, um estatuto teórico equivalente ao da exploração de classe” (Sorj, 1994:24).

Os estudos de gênero vêm propondo cada vez mais que se estude os modos pelos quais as diferentes hierarquias sociais (de gênero, classe, raça e idade) incidem umas sobre as outras, influenciando-se mutuamente, onde os atributos de gênero se constroem de maneira situacional. Em outras palavras, as variáveis classe e raça, são cruzadas transversalmente pelo gênero, pois este, segundo Costa (1998) “enquanto

constituente de identidades, pessoais e sociais, não cria grupos, mas antes categorias. O sistema de gênero configura-se como uma estrutura de prestígio, onde as relações de parentesco, de família, heterossexualidade são estruturadas”. Tal perspectiva tem sido amplamente desenvolvida pelo feminismo que se utilizam dos autores da diferença, entre eles Foucault, Derrida e Joan Scott.

Sendo assim o presente trabalho recebe orientações teóricas oriundas de um lado, da historiografia, onde Joan Scott, parte do pressuposto de que o discurso se apropria da realidade e lhe fornece múltiplos significados. A autora enfatiza em sua interpretação da história das relações entre os gêneros, a importância do discurso na constituição de uma reflexão da realidade social. Para Scott (1995) *“a diferença sexual inscrita nas práticas e nos fatos é sempre construída pelos discursos que as fundam e as legitimam”*. A autora envereda por um campo minado, que tem instigado discussões entre os estudiosos das relações de gênero, principalmente entre as feministas de diferentes áreas do conhecimento, sobre a influência “pós-moderna” nos estudos de gênero.

Por outro lado, fazendo um contra ponto, Heilborn (1998) reage contra uma apologia ao pós-modernismo e ao pós-estruturalismo, muito em voga entre alguns estudiosos das relações de gênero, em especial entre aqueles, que segundo a autora “abusam do método da desconstrução”. Heilborn demonstra preocupação em relação as explicações generalistas e a idéia de que as teorias não oferecem uma explicação substantiva do real, não permitindo diversos olhares possíveis a partir dos quais podemos observa-lo. Para autora, o estruturalismo continua a oferecer subsídios para explicar a generalidade da assimetria intrínseca as relações de gênero. Para tanto, busca embasamento nas contribuições da tradição francesa da escola sociológica , a partir de Durkheim, passando por Levi-Strauss e Louis Dumot. Deste ultimo, sorve os argumentos para embasar sua defesa do estruturalismo, principalmente para explicar a universalidade da hierarquia como ordenamento do mundo social. Para Heilborn (1998),

“A dinâmica social que envolve a construção das categorias de gênero, o masculino e o feminino, no qual o masculino exprime-se por meios de nexos simbólicos, definidos pela autora como: marcação, descontinuidade, diferenciação, descolamento; o feminino por oposição teria por base atributos como marcação, indiferenciação, permanência. Os princípios de ordenação (hierárquica) do mundo manteriam essa característica bidimensional, comportando simultaneamente identidade e contradição”. (Heilborn, 1998:474)

Enfim, como dito anteriormente, os estudos de gênero vêm tomando novos rumos, onde novas orientações epistemológicas vem sendo empreendidas por vários autores. No presente trabalho propomos um dialogo entre as teorias aqui citadas. Para tal feito buscamos as orientações teóricas de Bourdieu (1983, 1989 e 2000), onde o autor busca uma espécie de síntese em suas reflexões abordando simultaneamente tanto a estrutura como sujeito. Posteriormente no capítulo subsequente abordaremos tal proposta elaborada pelo autor.

Sendo assim, acreditamos que ambas teorias servem como referência para pensarmos o sujeito da presente pesquisa. Onde fazer o resgate que acabamos de expor, acerca dos estudos sobre a mulher e a multiplicidade de relações que esta empreende no conjunto da sociedade, bem como dos vários modelos teóricos desenvolvidos, como forma de análise da condição feminina, constituiu-se uma ferramenta indispensável para compreensão da realidade que pretendemos estudar. Onde tais estudos bem como as diferentes orientações epistemológicas nos permitiram situar num quadro geral a condição feminina na sociedade, nos dando assim subsídios para compreendemos melhor nosso objeto de pesquisa.

CAPITULO II

AS ORIENTAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Depois da revisão bibliográfica realizada no capítulo anterior, passemos agora a abordar no presente capítulo algumas das reflexões de Bourdieu (1989, 2000) que adotamos como referencial teórico-metológico da pesquisa, em especial sua obra intitulada de “a dominação masculina”, importante estudo que oferece subsídios a temática das relações de gênero, onde através do trabalho etnográfico realizado numa tradição estrangeira a dos montanhesees bérberes de Cabília, o autor se propõe a trabalhar a dimensão propriamente simbólica da dominação masculina, tomando este tipo de dominação como exemplo por excelência da violência simbólica (suave, insensível e mesmo invisível a suas próprias vítimas) que se exerce pelas vias puramente simbólicas da comunicação, do conhecimento e também do sentimento. Bourdieu entende como poder simbólico:

“O poder de constituir ou de transformar a visão do mundo, deste modo, a ação sobre o mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos em forma de uma “illocutionary force” mas que se define numa relação determinada, e por meio desta, entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz a crença.”(Bourdieu, 1989:14)

Bourdieu (2000) aborda ainda os processos que são responsáveis pela transformação da história em natureza, do arbitrário cultural em natural. Seu objetivo é realizar uma etnologia com o propósito de quebrar a aparente relação familiar que nos

liga a nossa cultura ocidental moderna⁴, apoiando-se assim na análise da sociedade Cabila para tal feito.

Ainda nesse mesmo trabalho Bourdieu (2000) apresenta suas considerações sobre o que considera como as estruturas de dominação entre os sexos tomando como base o universo social cabila. Segundo o autor, tal estrutura esta presente de modo concomitante, em estado objetivado em todo mundo social e em estado incorporado nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como esquemas de percepção, de pensamento e de ação. Em outras palavras, sua tese é a de que a reprodução da dominação é conseguida porque as mulheres são instruídas para assimilarem o mundo de acordo com as categorias próprias do pensamento masculino. Por sua vez, este esquema produz uma lógica na qual a força da ordem masculina ao mesmo tempo em que se manifesta não necessita de justificação, uma vez, que tal esquema é produto de um trabalho incessante (portanto histórico) de reprodução para o qual contribuem agentes específicos e instituições (especialmente, Estado, igreja, escola e família), onde a violência simbólica promove uma naturalização do que é histórico e culturalmente construído.

O autor constata ainda, que o homem de certo modo constitui-se prisioneiro de tais estruturas, pois a virilidade constitui-se um ideal sempre buscado e ao mesmo tempo inatingível. A virilidade, afirma o autor, é uma noção iminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de “medo” do feminino (Bourdieu, 2000:59). Sendo assim para o autor a dominação não esta inscrita em uma natureza, mas esta é produto de um trabalho de socialização, ou seja, construído socialmente, onde instituições socializadoras como a

⁴ Através desse estudo, o autor propõe uma reflexão da sociedade americana e européia, acerca da incorporação da dominação. Bourdieu (2000) mostra que esta dominação se dá a custa de um forte trabalho de coletivo de socialização difusa e continua, onde as identidades distintivas que a arbitrariedade cultural institui se encarnam em habitus.

família, a escola, a igreja e o próprio Estado, se reveste de uma ideologia tornada inconsciente ao longo do processo de socialização.

Percebemos então que as reflexões de Bourdieu partem do pressuposto de que o indivíduo e suas ações não são unicamente responsáveis pela formação do todo social – a sociedade. Compreender a subjetividade de cada mulher como sujeito legitimado no espaço privado pela sociedade não nos leva a uma compreensão mais acabada do fenômeno da divisão social dos papéis masculino e feminino tão arraigados no conjunto da sociedade. De igual modo assumir uma postura estruturalista considerando o sujeito como mero executante de algo que lhe é imposto exteriormente e objetivamente programado, reduz o agente a um autômato escravizado por algo que não nasce, nem pertence a si mesmo e o torna desprovido de toda a capacidade criativa de intervenção e criação na sociedade a que pertence. Sendo assim, optamos por analisar o tema aqui proposto, seguindo orientações que ao mesmo tempo enfatiza o sujeito e a estrutura.

Os trabalhos de Bourdieu no geral estão centrados na interrogação de como um sistema opressivo e explorador se estabiliza e se reproduz. Em suas palavras diz:

“Se eu tivesse que caracterizar meu trabalho em duas palavras (...), se eu tivesse que lhe aplicar um rótulo, eu falaria de Constructivist Structuralism ou Structuralist Constructivism. Por estruturalismo (...) quero dizer que existem no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos (...) estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas ou representações. Por Construtivismo quero dizer que há, de um lado, uma gênese social de esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo habitus, e de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campos e grupos”. (Bourdieu, 1989:311)

A proposta sociológica de Bourdieu é de síntese, onde se leva em conta tanto a estrutura quanto o sujeito. Ao tentar esta síntese, Bourdieu vai de encontro as duas linhas de abordagem sociológica que fundamentam a discussão da problemática dicotômica agente social *versus* estrutura social. Temos então, num pólo, o conhecimento objetivo durkheimiano que reifica a sociedade, como algo exterior ao indivíduo, como coisa, onde o agente social se apresenta como única e exclusivamente executante de uma estrutura objetivamente programada exterior a si mesmo. No outro pólo, temos a sociologia compreensiva de Weber e o conhecimento fenomenológico que parte do indivíduo, do sujeito, para definir fenômenos sociais. O todo social só pode ser apreendido através das ações individuais. A ação não é mais entendida como mera execução de regras, mas sim como centro de significação. Para Weber a sociedade não é algo exterior ao sujeito e tampouco algo reificado. A sociedade não existe enquanto totalidade, mas existe nas diversas interações dos indivíduos que a compõem e na sua subjetividade.

Bourdieu vai então reintroduzir o agente social negligenciado pelo objetivismo e, ao mesmo tempo colocá-lo em ação num campo objetivamente estruturado, ou seja, os agentes sociais entram em ação num espaço social onde as posições sociais já se encontram objetivamente estruturada. Os atores se defrontam e interagem em relações de poder. Para conceituar esta idéia de estrutura bourdieuniana, o mesmo retirou do baú da filosofia escolástica a idéia de *modus operanti*, que segundo o autor trata-se de disposição pra se operar em determinada direção, a que chamou de *habitus*. Esta é a ponte de mediação encontrada por Bourdieu para resolver a questão agente/estrutura. Como ele mesmo define *habitus* é:

“Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas e estruturantes, isto é, como princípio que gera a estrutura, as práticas e as representações

que podem ser objetivamente regulamentadas e reguladas sem que por isso sejam o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a um fim sem que se tenha a necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingí-lo, mas sendo ao mesmo tempo coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro”(Bourdieu apud Ortiz, 1983:15)

Em outras palavras, o *habitus* orienta e dá forma as ações do indivíduo. Como ele mesmo é produto das relações sociais, tem tendência para reproduzir as mesmas relações que o geram. Essa estrutura vai então relacionar a ação do agente social à sociedade como um todo. A ação encontra-se objetivamente estruturada sem ter sua origem necessariamente na mera obediência as regras ou na motivação do ator para atingir determinado fim consciente. O indivíduo interioriza assim normas e valores e também sistemas de classificação que vão permitir que ele seja capaz de distinguir os elementos que identificam o seu campo social. Os elementos interiorizados vão direcionar as escolhas e as ações do agente. O *habitus* é interiorizado no indivíduo, é adquirido através de processos de aprendizagem (escola, família) e da experiência, se transformando gradualmente em percepção geradora de ação e classificação. A objetividade é interiorizada não sendo mais algo externo ao indivíduo, o *habitus* é então social e individual, pois se refere tanto ao grupo social que o incorpora quanto ao indivíduo que o interioriza. Esta interiorização é subjetiva, mas não é exclusivamente individual (ultrapassa assim a questão do sujeito). O que assegura a homogeneidade dos *habitus* é precisamente o fato de este ter sido gerado no seio de relações sociais. Os indivíduos que interiorizam um *habitus* vão interiorizar representações objetivas mediante as posições sociais que ocupam, reproduzindo assim as mesmas relações que geraram esse *habitus*. A estrutura de um *habitus* anterior vai conduzir a estruturação de

novos *habitus* posteriores. Bourdieu (1970) consegue então desenvolver uma teoria prática onde o sujeito é considerado em função das relações objetivas que estruturam a sociedade, considerando na sua teoria as necessidades subjetivas do agente e a objetividade estruturada da sociedade.

Segundo Bourdieu (1989) a prática é definida como produto da relação entre o *habitus* e a situação e acontece num espaço socialmente pré-determinado e estruturado. Esse espaço é o *locus* onde o ator se encontra inserido em posições pré-fixadas e no meio do qual ele age. A esse *locus* Bourdieu chama de *campo*. Estes posicionamentos pré-fixados e a estruturação de relacionamentos vão possibilitar ou não a efetivação da ação do agente. As chances de efetivar a ação encontram-se pré-determinadas e objetivamente estruturadas no interior do campo. Este é, então o espaço onde se manifestam relações de poder.

A interação entre os agentes sociais implica numa relação de poder. O que vai determinar a posição social do agente e conseqüentemente o seu nível de poder é a posse do que Bourdieu chama de capital social, que vai estruturar o campo entre dois pólos opostos: os dominantes, que são aqueles que se encontram na posse máxima de capital social e os dominados que se caracterizam pela ausência ou raridade de capital social. Este capital social é constituído por bens simbólicos, que não são necessariamente constituídos pelo capital econômico.

Segundo as reflexões aqui empreendidas, podemos dizer então que a construção dos gêneros está, portanto imbricada ao processo de socialização, formação e educação dos sujeitos. Observando que as formas de ser homem e mulher, devem ser circunstanciadas ao espaço e ao tempo em que se manifestam, definindo-se, portanto, como construções sociais e históricas particulares de sujeitos femininos e masculinos, construções estes que se fazem de acordo com diferentes modelos, ideais, imagens que tem as diferentes classes, raças, religiões e etc., sobre mulher e sobre homem. E na concepção de

Bourdieu, tais construções sociais dos sexos não se dão, contudo, sem atingir a reprodução do sujeito particular que é o que delimita a escala mínima do processo reprodutivo, tornando-se impensável fora da rede que a vincula com outras dimensões.

Em suas próprias palavras:

“O golpe de força que o mundo social exerce sobre cada um dos sujeitos consiste em imprimir em seu corpo (...) um verdadeiro programa de percepção, de apreciação e de ação que, na sua dimensão sexuada e sexuante, como em todas as outras, funcionam como uma natureza (cultivada, segunda), isto é, com a violência imperiosa e (aparentemente) cega da pulsão ou fantasma (...). Ao se aplicar a todas as coisas do mundo, a começar pela natureza biológica do corpo (...) este programa social naturalizado constrói a diferença entre os sexos biológicos de acordo com os princípios de divisão e visão mítica do mundo, princípio que são eles mesmos o produto da relação arbitrária da dominação dos homens sobre as mulheres, a qual esta inscrita na realidade do mundo, enquanto estrutura fundamental da ordem social”. (Bourdieu, 2000:112)

Por fim, na presente pesquisa, os conceitos desenvolvidos por Bourdieu, tais como, o de *habitus*, *campo* e *poder simbólico*, onde este último surge então como um poder que consegue impor significações e impô-las como legítimas. Os símbolos afirmam-se, assim, como os instrumentos por excelência de integração social, tornando possível a reprodução da ordem estabelecida. Já o campo surge como uma configuração de relações socialmente distribuídas, que através da distribuição das diversas formas de capital - no caso da cultura, o capital simbólico - os agentes participantes em cada campo são munidos com as capacidades adequadas ao desempenho das funções e à prática das lutas que o atravessam. As relações existentes no interior de cada campo

definem-se objetivamente, independentemente da consciência humana, onde na estrutura objetiva do campo (hierarquia de posições, tradições, instituições e história) os indivíduos adquirem um corpo de disposições, que lhes permitem agir de acordo com as possibilidades existentes no interior dessa estrutura objetiva: o habitus. Desta forma, o habitus funciona como uma força conservadora no interior da ordem social.

Por fim, acreditamos que tais conceitos serão de fundamental importância na análise do material coletado nas entrevistas, onde a partir dos indicadores: manutenção das atividades domésticas, cuidado dos filhos e atividades extra lar/trabalho, nos permitirão verificar como o sujeito da pesquisa ora empreendida age e articula os campos (casa e trabalho) dos quais atua, ora como dona de casa, ora como mãe, ora como trabalhadora na fábrica

CAPITULO III

METODOLOGIA DA PESQUISA: CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO

PESQUISADO

A pesquisa social de caráter científico exige rigor e coerência metodológica. A opção metodológica do pesquisador se fundamenta no ponto de vista que ele tem acerca do mundo que o rodeia (Richardson, 1999:32)

São vários os caminhos que o pesquisador pode optar, a fim de chegar aos resultados pretendidos da pesquisa, no entanto faz-se necessário situar o procedimento metodológico aos objetivos da pesquisa que se pretende. Aceitando a definição feita por Tereza Haguette, que diz ser a entrevista *“um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas o entrevistador tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”*(Haguette,1999:86). Optamos assim em realizar entrevista semi-estruturada, onde nos guiamos por um roteiro previamente definido juntamente com o orientador da pesquisa. A coleta de informações nesta pesquisa ficou centralizada essencialmente na entrevista feita a algumas mulheres operárias da Usibrás. Entrevistamos ainda a gerente do setor pessoal da empresa a fim de recolher informações acerca da fábrica no que diz respeito ao seu funcionamento, política de contratação de pessoal adotada pela empresa, bem como sondar o porque da preferência na mão-de-obra feminina. Com exceção da entrevista com a gerente que ficou em torno de aproximadamente 90 minutos, todas as outras foram de aproximadamente 45 a 60 minutos.

No total foram realizadas 16 entrevistas, onde todas se deram via domicílio das entrevistadas. Como recurso metodológico, que no momento da análise do material estaremos lançando mão, dividimos o grupo pesquisado em duas categorias conjugais:

as que vivem com um companheiro e as que não vivem com um companheiro, e, portanto respondem financeiramente pelo sustento da família. Tal procedimento tem por finalidade, saber se existe alguma diferença nas experiências cotidianas dessas mulheres no âmbito do lar e trabalho, conforme seu estado conjugal. Em outras palavras, queremos verificar se a presença masculina tem alguma influência na forma como estas mulheres se colocam frente ao lar e ao trabalho. Para isso definimos duas situações que se encontram fortemente vinculadas à figura da mulher: realização das tarefas de manutenção do lar e cuidado dos filhos. Uma outra questão que procuramos sondar nas entrevistas foi saber se elas participavam de alguma atividade extra lar e extra trabalho, que poderia ser até mesmo lazer ou participação em alguma associação comunitária de bairro, enfim qualquer coisa que não estivesse necessariamente ligada aos afazeres domésticos e trabalho na indústria. Sendo assim a partir desses indicadores verificaremos como eles se mostram numa e noutra situação, isto é, com o grupo das que tem um companheiro e as que não tem. Posteriormente no capítulo quatro estaremos analisando separadamente cada um dos indicadores acima proposto.

O grupo de entrevistadas ficou assim definido: nove casadas sete divorciadas e uma viúva. A fim de resguardar os nomes das informantes usaremos números para identificar cada uma delas, sendo que de 1 a 9 designará as mulheres casadas e de 10 a 16 as que não tem um companheiro. Quanto à escolha das mulheres na fábrica, duas que já conhecia do contato anterior que tive com fábrica me indicaram as demais para a realização das entrevistas.

Quanto à análise do material recolhido, realizamos uma análise de conteúdo a partir dos estratos das entrevistas, que se deu no sentido de costurar a fala do sujeito com a teoria adotada.

3.1 Descrição do grupo entrevistado

O quadro a seguir permitirá uma visualização geral das entrevistas quanto as condições descritas:

Atividade profissional	Nº de pessoas por domicílio	Idade	Estado conjugal	Nº de filhos
Operária 1 Camila	06	35	Casada	03
Operária 2 Carmelita	05	41	Casada	03
Operária 3 Catarina	05	38	Casada	03
Operária 4 Cláudia	07	34	Casada	05
Operária 5 Carla	06	46	Casada	04
Operária 6 Célia	05	39	Casada	04
Operária 7 Cristina	07	46	Casada	03
Operária 8 Carmem	05	44	Casada	03
Operária 9 Cecília	04	51	Casada	02
Operária 10 Simone	03	38	Separada	02
Operária 11 Suely	04	34	Separada	03
Operária 12 Silmara	08	55	Separada	04
Operária 13 Selma	04	38	Separada	02
Operária 14 Sandra	05	33	Separada	04
Operária 15 Suzana	05	38	Separada	03
Operária 16 Sônia	03	36	Viúva	02

Fonte: entrevistas realizadas no período de junho/julho de 2003, na cidade de Mossoró/RN, com operárias da Usibrás.

A partir do quadro acima exposto, podemos verificar algumas características em comum entre elas. A primeira delas é que todas são operárias da mesma fábrica e trabalham no mesmo setor, o de classificação. Em segundo lugar, todas pertencem as camadas de pobres urbanos da cidade de Mossoró. Com exceção das Operária₇, Operária₁₀ e Operária₁₄, todas as outras moram no mesmo bairro, Loteamento João Câmara. Este faz parte do grande Alto de São Manoel. Geograficamente Mossoró é constituída em duas partes: uma alta e outra baixa. Na parte alta, denominada de Alto de São Manoel ficam distribuídos vários conjuntos habitacionais, loteamentos e bairros. Em relação à parte baixa, esta se constitui a área mais nova da cidade. Quanto à parte

baixa, lá se encontra também vários bairros, sendo o centro da cidade, pois, é lá que se encontra o comércio da cidade, com lojas, mercados, hospitais e algumas fábricas, entre elas a Usibrás. Em terceiro lugar, o grau de instrução do grupo das entrevistadas compreende a faixa que vai de sem instrução até o segundo grau incompleto. Quanto ao tempo de trabalho na Usibrás, com exceção das operárias 04, 10 e 14, que estão há três anos na fábrica, todas as outras tem mais de oito anos de Usibrás, sendo que a operária 12 é a mais velha em tempo de empresa com vinte e quatro anos de Usibrás, na verdade ela faz parte do primeiro grupo de operárias contratadas pela empresa. Como mostra o quadro acima a faixa etária do grupo investigado situa-se no intervalo de 33 à 55 anos, destacando-se o intervalo 33 a 38 anos.

Por fim, quanto aos seus grupos domésticos⁵, suas composições são bastante variada, composta por casal e filhos e em alguns casos acrescentados de irmãos e pais, e outros composto de mãe e filhos.

Ao confrontarmos os dados do quadro acima, com as que têm um companheiro e as que não tem, não observamos muita diferença entre elas. No que diz respeito a idade as que são casadas são em média três anos mais velhas em relação as que não tem um companheiro com média de 41 entre as casadas e 38 entre as chefes de família. Quanto ao número de filhos observamos que as casadas tem em média 3,3 e as que não são 2,8, uma diferença muito pequena entre elas. E quanto ao número de pessoas por domicílios as casadas apresenta uma média de 5,5 e as que não são 4,5, ou seja, a diferença está na presença do homem/pai/marido.

3.2 Caracterização do Universo Pesquisado

3.2.1 A escolha do objeto de pesquisa

Antes de começar a caracterizar o universo sobre o qual esta pesquisa se move, gostaria de falar um pouco dos motivos pelo qual elegemos a Usibrás (Usina Brasileira de óleos & beneficiamento de castanha LTDA) e em especial suas operárias como objeto de estudo.

Minha inserção na Usibrás ocorreu durante uma pesquisa que desenvolvi anteriormente para a monografia de final do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Quanto à escolha da Usibrás, ela se deu pelo fato de quando ainda na graduação na universidade decidi por estudar mulheres operárias, na cidade essa era a única fábrica que tinha uma mão-de-obra quase que exclusivamente feminina. Na época o número era um pouco menor, mas hoje a fábrica conta em seu quadro de trabalhadores pouco mais de 1.200 funcionários, sendo que destes mais de 85% são do sexo feminino, deste percentual de mulheres mais de 70% são casadas.

Naquele momento partia da hipótese de que o trabalho extradoméstico constituía a libertação da mulher de sua posição de dominada em relação ao homem, visto que o trabalho daria independência financeira a mulher. Pois, a idéia de que a raiz da subordinação da mulher está na sua exclusão do mundo produtivo era o fundamento do feminismo de inspiração marxista, pressuposto esse que contribuiu e muito para transformar o trabalho feminino em problema teórico. Contudo as realidades vivenciadas pelo grupo de mulheres que entrevistei (cerca de dez) se mostrarão pouco significativa para respaldar minha hipótese.

Nesse momento (do trabalho monográfico, ano 2000) meu primeiro contato com a fábrica foi muito restrito, pois a empresa estava passando por um momento delicado, onde várias denúncias estavam sendo feitas contra ela, acerca das más condições de trabalho oferecidas pela empresa. Sendo assim meu acesso as operárias foi dificultado

⁵ Grupo doméstico refere-se ao grupo de residência e consumação. Este pode conter parentes, não parentes e agregados. Já família tem um sentido mais amplo, pode englobar grupo doméstico, mas não se

em decorrência dos últimos acontecimentos, mas depois de falar com a gerência de que se tratava de uma pesquisa universitária e que não tinha nenhuma ligação com o sindicato, me deixaram falar com as operárias. Todas as entrevistas foram realizadas no próprio local de trabalho, foram necessários dez dias para que todas as entrevistas fossem realizadas, pois só podia fazer uma por dia aproveitando o intervalo que elas tinham para almoço.

Sendo assim com o objetivo de saber qual o significado do trabalho para estas mulheres, questionamos se o trabalho extradoméstico significa libertação da dominação masculina⁶. Isso porque se lançarmos nosso olhar sobre a história da trajetória da mulher na sociedade de uma forma geral, não será preciso fazer muito esforço para perceber que a bandeira do trabalho extradoméstico, isto é, remunerado, foi a primeira a ser levantada como forma de protesto por direitos iguais aos dos homens. Isso porque desde os primeiros movimentos de mulheres até o movimento feminista tal qual ele esta configurado hoje, concebe-se o trabalho remunerado como condição necessária para a emancipação da mulher de sua posição subserviente na família e na sociedade.

Nesta perspectiva o trabalho colocaria a mulher num processo de nova socialização, segundo Lobo (1992) “a emergência de uma geração de mulheres com uma prática regular de trabalho, vivendo um processo de integração a cultura urbana e mudanças nos padrões educacionais (maior escolaridade) permitem formular a hipótese de metamorfose na subjetividade das mulheres trabalhadoras” (Lobo, 199:96), em outras palavras, segundo a autora, tratar-se-ia de elementos que definiriam (ou redefiniriam) a sua identidade como mulheres e trabalhadoras. Em suma o trabalho seria

restringe somente a este.

⁶ Por dominação masculina Bourdieu define como “A primazia universalmente concedida aos homens que se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os habitus: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das

sua porta de entrada para o mundo público da qual foi excluída por um longo período da história.

“O crescimento da participação feminina no mercado de trabalho foi uma das mais marcantes transformações sociais ocorridas no país desde os anos 70”. Com esta frase a autora Cristina Bruschini (1989), socióloga, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas em São Paulo, coloca em debate que apesar da mão-de-obra feminina se fazer presente no espaço do trabalho, esse trabalho não é mencionado, e sim ocultado. E é nesse cenário de não reconhecimento do trabalho feminino, expressado pela má remuneração, que muitas mulheres procuram manter o equilíbrio entre as atividades produtivas e as funções reprodutivas que lhe são socialmente atribuídas. A partir da constatação de tal realidade vivida pelas mulheres no mundo do trabalho, todo um movimento foi arquitetado, através de movimentos feministas e pesquisadoras que começaram a falar da importância de se visibilizar o trabalho feminino, ou seja, incorporar a dimensão de gênero no mundo do trabalho. Para Laís Abramo, “incorporar a variável gênero na discussão da divisão do trabalho (através da categoria de “divisão sexual do trabalho”) permitiu visibilizar a existência de espaços segregados dentro das fábricas por outras lógicas que não as puramente econômicas, e principalmente, os mecanismos de reprodução dessa segregação”(Abramo:2002, p.41). Em outras palavras, era preciso chamar a atenção para as distintas realidades e possibilidades vividas por homens e mulheres em termos das suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

Ainda segundo Bruschini, são várias as razões do ingresso acentuado das mulheres no mercado de trabalho a partir dos anos 70. A necessidade econômica, que se intensificou com a deteriorização dos salários reais dos trabalhadores e que as obrigou a

ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais.”(BOURDIEU: 2002, p.45)

buscar, fora do lar, uma complementação para a renda familiar é uma delas. Outras causas, portanto, também explicam o novo comportamento feminino. Em primeiro lugar, a elevação nos anos 70 das expectativas de consumo, face à proliferação de novos produtos e à grande promoção que deles se fez, redefiniu o conceito de necessidade econômica. Trabalhar fora de casa para ajudar no orçamento doméstico adquire novas possibilidades de definição, que se expressam de maneiras diferentes em cada camada social, mas que só se viabilizam pela existência de emprego.

Foi assim que diante de todo esse referencial bibliográfico, se deram minhas primeiras impressões acerca do tema mulher e trabalho. Depois de realizado o trabalho de fim de curso, me deparei com um tema que até então não tinha me apropriado e que constitui-se numa lacuna no meu primeiro trabalho: a abordagem acerca da família, pois como já dito anteriormente por Bruschini, para mulher trabalhar fora implica sempre na combinação dessas duas esferas, seja pelo entrosamento seja pela superposição. Foi a partir de tal constatação que compreendi uma frase que li em uma de minhas pesquisas bibliográficas, onde dizia que “agora era necessário fazer um movimento no sentido contrário, ou seja, lançar o olhar pra fora dos muros das fábricas e ver como essas duas realidades se articulavam” (Frederico: 1978). Bem este “agora” remete-se a 1978, mas somente no ano de 2000 eu o tinha descoberto através do meu contato com a literatura acerca do tema. Mas o importante é que resolvi então empreender uma outra pesquisa, agora sabendo que as pesquisas sobre trabalho feminino tomaram novos rumos focalizando a articulação entre os espaços produtivos e a família. Decidi então voltar ao mesmo campo de pesquisa e entrevistar as operárias que ali trabalhavam (não necessariamente as mesmas). Agora partindo do pressuposto de que o trabalho extradoméstico não liberava as mulheres das suas funções, de dona de casa e cuidado dos filhos, ou seja, o trabalho fora de casa por si só não as libertou da dominação masculina, ou seja, dos condicionamentos sociais e históricos que reputaram a mulher a

condição de dominada em suas relações na sociedade. Objetivamos então saber como estas mulheres operárias de baixa renda, que vivem em área urbana fazem para conciliar o trabalho fora do lar com a casa. Para efeito metodológico, dividimos as operárias em dois grupos, as que vivem com um companheiro (casadas) e as que não vivem com um, mas que moram sozinhas com filhos, ou seja, também não estão liberadas dos afazeres domésticos e cuidados com os filhos. Sendo assim elegemos três situações que estão fortemente vinculadas a figura da mulher, realização das tarefas de manutenção do lar, cuidado dos filhos, participação em atividades extra lar e trabalho, a fim de verificar como estas três situações se manifesta no cotidiano dessas operárias que vivenciam situações conjugais diferentes.

3.3 Descrição da instituição

Nesse momento objetivamos fazer uma descrição da Usibrás, situando-a no mercado castanheiro nacional, internacional e local, falando de forma breve do seu processo de produção e em especial descrever como é organizada a divisão sexual do trabalho por parte de seus dirigentes. Por fim faremos uma descrição dos trabalhadores envolvidos em seu processo de produção, levando em conta elementos como perfil deste trabalhador dando ênfase às operárias, objeto de estudo desta pesquisa.

A Usibrás (Usina Brasileira de Óleos & Beneficiamento de Castanha LTDA) está situada na cidade de Mossoró no Rio Grande do Norte, sendo essa a segunda cidade do estado em tamanho e importância econômica. Com uma localização bastante privilegiada, Mossoró está situada entre duas capitais, Fortaleza e Natal. É conhecida pelo pregão turístico como “*a terra do sol, do sal e do petróleo*”, do sol por se tratar de um clima semi-árido, com temperaturas médias máximas de 33.3 graus, do sal por ser a

maior produtora de sal do país, quanto ao petróleo por se encontrar na segunda maior região produtora de petróleo do Brasil, perdendo somente para a Bacia de Campos/RJ.

Quanto a sua economia além dos elementos já citados, outra atividade que vem sendo fortemente incentivada é a fruticultura irrigada, onde entre outros produtos, se destaca a produção de melão. Segundo dados divulgados pelo IBGE, a população do município é de aproximadamente 213.841 habitantes, sendo 199.181 em área urbana e 14.760 na zona rural.

3.3.1 Beneficiamento da castanha: descrição do processo⁷

Trabalhando exclusivamente com o beneficiamento da castanha do caju/pseudofruto, a Usibrás, produz óleo que é extraído da casca da castanha, que serve para: Aplicações industriais, resinas, freios para carros, tintas anticorrosivas, inseticidas e vernizes. Comercializa produtos como a casca da castanha que serve também para queimar em fornos industriais. Porém o produto chefe comercializado pela fábrica é a castanha beneficiada inteira. A obtenção de amêndoas inteiras, totalmente despêculadas, de coloração alva ou marfim-pálida sem manchas, é o principal objetivo da Usibrás no processo de beneficiamento da castanha, pois essas características são

⁷ todas as informações acerca do processo de produção foi dada pela gerente do setor pessoal, que trabalha a 13 anos na fábrica.

fundamentais na cotação dos preços internacionais. O tamanho das amêndoas também tem sido importante item no sistema de classificação. O mercado possui uma diversidade elevada de tipos de amêndoas, e é a partir do beneficiamento deste produto (castanha inteira) que todos os outros são gerados. A castanha inteira é designada por cinco qualidades, sendo a SLW1 a melhor delas. Neste processo a cor da castanha é que determina sua qualidade neste. Existe ainda as castanhas quebradas que são classificadas em bandas e batoques – batoques são aquelas que estão quebradas ao meio e bandas aquelas cujas bandas se desprenderam. As amêndoas que não se encaixam nesse perfil são trituradas e transformadas em farinha que serve para fazer guaraná do Amazônia e comercializado em confeitarias. Finalmente aquelas que no processo de beneficiamento ficaram emprestáveis (excessivamente queimadas) viram Xerém, que serve como ração para animais. Seu produto é 100% aproveitado.

O processo de produção passa por oito etapas: *classificação* (Peneira seccionadora) consiste em selecionar as castanhas nos tamanhos, pequenas, médias e gigantes. *Autolavagem* (Gerador de vapor/cozinhador): tem por objetivo cozinhar as castanhas, visando facilitar o corte. *Bancada/máquina de corte* (Corte manual): nesta operação, dois operários(as) executam o trabalho (um cortando e o outro retirando as amêndoas). *Estufagem* (Estufa a GLP): visa reduzir a umidade das amêndoas, para que a película se torne quebradiça, facilitando o seu desprendimento. *Suporte para bandejas*: Local de descanso das amêndoas para seu esfriamento, após a estufagem. *Umidificação*(Gerador a vapor / câmara de umidificação): vapor saturado, com o objetivo de facilitar o desprendimento da película. *Despeliculagem*: A medida que o rolo vai girando, as amêndoas vão de friccionando um as outras, moderadamente, provocando a despeliculagem. *Fritador/centrifuga*: para realizar este processo, utiliza-se óleo de excelente qualidade, de preferência milho ou soja, e as amêndoas devem estar

selecionadas por tamanho, a fim de permitir uma fritura uniforme. Após a fritura realiza-se a centrifugação para secagem.

Após estes processos de beneficiamento as castanhas seguem em esteiras que vão para o galpão de classificação, esse setor não é o mesmo que citado anteriormente. No primeiro a seleção é feita para se dar início ao processo de beneficiamento e neste as amêndoas são selecionadas mais uma vez, só que neste momento, diferentemente dos anteriores onde a seleção da amêndoa era feita por máquinas com o auxílio de operários/homens, esta seleção é feita manualmente pelas operárias/mulheres que ficam sentadas enquanto as castanhas vão passando pela esteira. Cada operária é incumbida de selecionar um tipo de castanha, seguindo as definições de qualidade que citamos no processo de produção, que se refere a cor da castanha (coloração alva ou marfim-pálida, sem manchas) e o tamanho (inteira, banda ou batoque).

Só depois de passados estes processos é que a castanha segue para ser embalada de acordo com sua classificação estando pronta pra ser comercializada.

Recentemente foi inaugurada uma filial da Usibrás em Aquiraz/CE. A nova unidade de processamento Usibrás tem 18.400 m² de área construída com uma

capacidade diária de produção de 1.000 caixas de castanha de caju, o dobro da matriz em Mossoró. Segundo declarações dadas pelo diretor financeiro da Usibrás, Donizete Fernando Moreira, ao jornal O Mossoroense, um dos jornais de mais destaque na cidade, disse que quando esta estiver em pleno funcionamento “será a fábrica de beneficiamento mais moderna do mundo”. As novas instalações da Usibrás em Aquiraz/CE vem atendendo as exigências do padrão de qualidade ISO, como forma de manter competitividade no mercado nacional e internacional.

A produção anual da Usibrás (matriz) fica em torno de 115.800 caixas de castanhas. Cada caixa pesa 22,680 kg o equivalente a 50 libras – peso utilizado no comércio internacional. O que gera uma receita mensal de R\$ 2.5 milhões. Grande parte da produção da Usibrás é destinado ao exterior, cerca de 80% onde tem como principais compradores os EUA, Holanda, Canadá, Inglaterra e Argentina. Os 20% restantes ficam no mercado interno, sendo os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia, os maiores consumidores.

A Usibrás ao longo dos vinte e quatro anos em que está instalada na cidade, vem dando preferência na compra da amêndoa produzida pelo próprio Estado, que hoje é o terceiro produtor do Brasil da amêndoa. Seu maior fornecedor é a Serra do Mel, município que fica a 70km de Mossoró, e que sozinho é responsável por 48% dos hectares plantados no Rio Grande do Norte. Atualmente o Brasil é o terceiro maior exportador de castanha de caju do mundo. Praticamente toda a sua produção vem do Nordeste, os cerca de 649 mil hectares de cajueiros cultivados no Nordeste, aproximadamente 360 mil estão no Estado do Ceará, ou seja, o Ceará é o maior produtor da região, com aproximadamente 55% da safra, seguidos pelo Piauí e Rio Grande do Norte, como 21% e 16%, respectivamente. Outros estados como Maranhão e Bahia, embora em menores proporções, estão adotando a cajucultura, segmento este que vem sendo uma alternativa econômica de grande importância para o longo período de

estiagem anual que caracteriza a região e que tem gerado mais de 300 mil empregos em épocas de colheita, conforme dados do Nordeste BN divulgado no Jornal o Mossoroense em Janeiro de 2003.

Das 15 fábricas de beneficiamento em funcionamento no Brasil, a Usibrás ocupa no ranking nacional o quinto lugar na produção, e com a inauguração da filial tem pretensões a curto prazo de melhorar sua posição no mercado.

A partir da descrição do processo de produção, verificamos que, com exceção do setor de classificação, onde fica concentrada a maioria das operárias, todos os outros são compostos de homens/operários que são os responsáveis em operar as máquinas, bem como fazer a sua manutenção. Aos homens são direcionadas as tarefas que exigem uma qualificação profissional, portando uma apropriação da tecnologia empregada para o beneficiamento da castanha. Em contrapartida as mulheres são destinadas as atividades ditas “leve”, que exige delicadeza, paciência e atenção a detalhes como cor e tamanho, constatando assim, uma locação de papéis que determina e atribui capacidades e habilidades para homens e mulheres.

3.3.2 Perfil dos trabalhadores: As habilidades femininas e masculinas no interior da fábrica.

A Usibrás conta hoje com aproximadamente 1.200 funcionários, dos quais 85% são de mulheres. A empresa tem preferência pela mão-de-obra feminina. Sabendo disso fomos investigar porque tal preferência. Sendo assim buscamos através de entrevista realizada com a gerente do setor pessoal da fábrica, saber o que no processo de produção era função do homem, que estava em menor número, e o que era função de mulher. Então perguntei a ela se o homem fazia o que a mulher fazia. Sua resposta foi a seguinte:

“Homem não faz o que mulher faz. Os homens são encarregados de alimentar as máquinas, a parte de manutenção. Eles colocam a castanha na máquina, liga, e as castanhas vão passando na esteira e as mulheres vão selecionando. Existe um setor que o homem faz o mesmo trabalho que as mulheres, que é o setor de corte. É onde as castanhas passam pelos silos é torrada, cortada e depois vai para as esteiras. Nesse setor a castanha é um pouco quente, então é o homem quem faz esse serviço, separando as emprestáveis das boas. Só depois de passar por esse processo é que a castanha vai pra a classificação que é o setor que só tem mulher”.(gerente do setor pessoal)

Diante de sua declaração, perguntei porque só mulher trabalhava neste setor?

“Ah! Por ser um serviço sentado, ele é muito rotineiro, só sentado parado, e pra homem não é muito bom, às vezes quando é preciso que um homem faça esse serviço, ele acha estranho, às vezes acha que é até mulher, por está fazendo esse serviço que é das mulheres. Até porque pra selecionar, separar, a mulher tem mais jeito”(gerente do setor pessoal da Usibrás)

Constatamos então que a compreensão da gerente é que o tipo de trabalho determina a mão-de-obra, por isso a empresa tem essa preferência em empregar mulheres, por se tratar de um serviço rotineiro, que exige delicadeza na seleção da amêndoa. Rodrigues (1992) diz que a diferenciação de tarefas masculinas/femininas seria consequência ou mesmo reflexo daquilo que acontece primariamente na família, transpassando assim todas as outras esferas da sociedade (inclusive a fábrica - as relações de trabalho). Ou seja, mulheres executando bem as tarefas para as quais o treinamento para futuras donas-de-casa as dotou. Esse fato torna muito fácil o trabalho de “naturalização” dessas habilidades. Quando há tentativas de colocar homens nesses

cargos, eles não os aceitam ou não os realizam a contento, o que reforça a idéia de que o homem, “por natureza”, é avesso ao seu desempenho. Ou seja, fatores socialmente determinados, como definições sobre o que se considera trabalho feminino e trabalho masculino, agem como fatores significativos na determinação/inserção das funções a serem desenvolvidas por homens e mulheres, no interior da fábrica. Sobre esta questão, Lobo (1991) lembra que a forma em que a divisão sexual do trabalho dentro da fábrica é determinada e construída reflete as expectativas de tarefas masculinas ou femininas, e é a partir destas identidades de gênero da força de trabalho que se define a função, os salários e a qualificação.

Um outro dado fornecido pela gerente do setor pessoal, foi de que os homens ganham em média 40% a mais que as mulheres. Segundo a gerente tal diferenciação se dava pelo fato de que a eles era delegado maior responsabilidade. Operavam máquinas que exigia maior conhecimento técnico, conseqüentemente maior qualificação profissional. E quanto “*as mulheres seu trabalho não exige muita qualificação*”, pois se trata de um trabalho maneiro, sentado, rotineiro. Na verdade quando a gerente fala que o trabalho que as operárias executam não precisa de qualificação, em outras palavras, ela está se referindo às habilidades femininas que o cuidado da casa e dos filhos as douou, portanto, algo que aprenderam durante toda a vida familiar.

Com mais de 70% são casadas, fica claro a preferência das casadas em relação as solteiras, contudo segundo a gerente do setor pessoal, a empresa está gradativamente mudando sua política de contratação, continuando ainda a dar preferência pela mão-de-obra feminina, visto que o trabalho a ser desempenhado se adequaria mais às habilidades das mulheres, porém agora dando preferência a mulheres solteiras, pois a empresa chegou a conclusão de que as casadas ficam menos no trabalho, havendo uma maior rotatividade destas, isso porque segundo declarações feitas pela gerente em entrevista para esta pesquisa:

“Qualquer coisa que acontece em casa é motivo delas saírem do trabalho: o filho que ficou doente ou não teve com quem deixar, o marido que está dificultando a vinda dela pra o trabalho, fica reclamando e exigindo que as coisas em cada estejam em ordem, essas coisas que você sabe! Por isso a empresa está adotando essa nova política de contratação. Agora essa política só se aplica quando vamos contratar fora da safra, quando é o período da safra aí contratamos durante três meses sem levar em consideração essas coisas”.(gerente do setor pessoal da Usibrás)

Sobre esta questão LIMA diz que:

“o emprego na fábrica é mediado por relações sociais fora do mercado de trabalho, formas de sociabilidade que respondem a estratégias individuais e familiares de sobrevivência e reprodução. Essas estratégias frente ao mundo do trabalho, elaboradas no âmbito do grupo familiar e das relações pessoais, extrapolam a mera sobrevivência material, incluindo elementos subjetivos de realização pessoal e afetividade, necessários para a viabilização de projetos de vida.” (LIMA,1997:116).

O que podemos observar diante da fala da entrevistada é que a empresa não sabe lidar com esse tipo situação ou não esta disposta a sustentá-la, optando assim por substituir esse tipo de perfil. Sobre tal questão Bruschini (1989) conclui, com base em pesquisas acerca de mulher/trabalho, que a disponibilidade do sexo feminino é determinada por características pessoais, como idade, escolaridade e outras relacionadas à família, como o estado civil e a presença de filhos. A autora observa ainda que enquanto para o homem sua idade não afeta sua participação no mercado de trabalho, a mulher, principalmente as casadas, por sua vez ficam em desvantagem nesse aspecto

uma vez que sua idade se torna fator preponderante para seu ingresso no mercado de trabalho, isso porque o papel feminino está estreitamente associado a família e vinculada ao lar. Contudo, segundo a autora esse quadro tem sofrido algumas alterações a partir da década de 70, pois um percentual maior de mulheres casadas trabalhando que era de 9,8% na década de 70, passou a ampliar sua presença na década seguinte com 19,5% . “ *O difícil equilíbrio entre atividades econômicas e familiares, que se torna mais frágil ainda pela presença de crianças, depende também do tipo de atividade econômica a absorver a trabalhadora. São fatores que dificultam a conciliação de responsabilidades.*” (Bruschini, 1989)

Estudando acerca da importância da família entre trabalhadores, Durham (1980) constata a centralidade da família em suas valorações sociais, a família sendo unidade de consumo e cooperação, estando a reprodução do grupo satisfeita coletivamente através de sua unificação, o que segundo Lima (1997) seria uma contraposição ao trabalho, cada vez mais parcelizado e individualizado, desvinculado de qualquer realização pessoal, a família então aparece como único objetivo pelo o qual o trabalhador se subordina.

Nos últimos meses, precisamente desde abril de 2003, a empresa vem passando por mudanças no regime de trabalho, saindo de um horário administrativo para o de turno, o que vem causando insatisfação entre as operárias, principalmente entre as casadas. Segundo Blay (1987) é preciso destacar que o trabalho industrial absorve a trabalhadora no mínimo oito horas por dia. Dentre as várias atividades remuneradas é uma das mais radicais, pois mantém os indivíduos presos a um recinto durante todo o dia, e no caso da mulher a opção por atividades deste tipo deve levar em conta aquelas tarefas consideradas femininas como o cuidado dos filhos e da casa.

Antes todas as operárias trabalhavam em um só turno das 07:00 às 17:00h, mas com a intensificação da produção, onde a empresa teve de contratar mais operárias,

ficou difícil para a empresa manter todas as operárias trabalhando em um só horário. Diante das circunstâncias, foram criados mais dois turnos, uma turma entra às 07:00 e larga às 17:00h e outra entra às 14:00 e larga às 22:00, sendo que para cada turno elas têm duas horas para o almoço, por esse motivo elas têm de trabalhar no sábado para completar a carga horária. O outro turno que é o das 22:00 às 06:00 da manhã, só homens trabalham. O setor de classificação pára, e os homens vão trabalhar na manutenção das máquinas para que no dia seguinte haja produção necessária para as mulheres que trabalham na classificação.

Logo que implantado tal sistema, houve uma grande resistência por parte das operárias em aceitar o novo regime de trabalho. O que mais incomodou as operárias foi ter de trabalhar ao sábado, havendo assim greve e manifestações do sindicato no sentido de se negociar tal situação. Ao final não houve nenhum tipo de negociação por parte da empresa dada a necessidade da mesma, ocasionando assim alguns pedidos de demissão. Mesmo estando há mais de quatro meses em funcionamento, no momento em que realizava a pesquisa de campo, era grande a insatisfação por parte das operárias. Todas as mulheres que entrevistei falaram da dificuldade que estão passando por causa do novo regime de trabalho. Notei que as mulheres que optaram por trabalhar no turno que vai das 14:00 às 22:00 eram compostas basicamente pelas mulheres casadas. Pude constatar tal opção quando estava entrevistando as operárias, com exceção de duas das dezesseis mulheres que entrevistei, todas preferiam trabalhar das 14:00 às 22:00h. Segundo as operárias que entrevistei, ficou complicado para elas trabalhar na fábrica aos sábados porque ficou mais difícil realizar as tarefas de manutenção do lar, sem falar que o tempo que teriam de ficar fora de casa seria bem maior, restando assim somente o domingo para dar assistência à casa, aos filhos e ao marido.

Segundo a operária 10, 42 anos, divorciada a dezoito anos, dois filhos Jesley com dezoito anos e Wiliane com dezenove anos, trabalha a três anos na Usibrás, diz que sua maior dificuldade em trabalhar na Usibrás se dá pelo fato de ter de trabalhar aos sábado.

“A dificuldade maior pra mim lá, lá é ótimo. Ótimo não né, não existe 100%. Mas pra mim o que ta pegando é o sábado, porque pra dona de casa, porque pra as meninas solteiras tem mamãe pra fazer, quando chega sábado de uma hora é tudo muito bom, não vai mais fazer nada, vai se divertir vai andar, vai fazer o que quer, e nós dona de casa só temos o domingo pra fazer as coisas de casa. A segunda feira pouca gente da produção, cansaço do lar, porque é cansativo trabalhar de segunda a segunda”.(operária 10 da Usibrás)

Todos os outros relatos das operárias que entrevistei, quando perguntava como era conciliar o trabalho na fabrica com os da casa, se expressam neste que acabamos de citar.

“(...)Antigamente era bom trabalhar lá. Mas agora ficou muito ruim com essa história de trabalhar no sábado ...”(operária 7)

“Achei péssimo trabalhar de turno. Ai agora trabalho no sábado. Ficou tudo mais difícil”.(operária 1)

Pra elas ter de trabalhar aos sábado dificultou e muito conciliar as duas esferas, muitas delas estavam pensando em sair da fabrica para elas era muito *“cansativo trabalhar de segunda a segunda”*

“A segunda feira pouca gente dá produção, cansaço do lar. Porque é cansativo trabalhar de segunda a segunda” (operária 10)

“Hoje eu tô muito cansada. Antes cansava também, mas tinha o sábado e o domingo pra gente descansar e ajeitar a casa. Agora só no domingo ficou muito difícil” (operária 14)

Quando a operária 10 fala que trabalha de segunda a segunda, esta se referindo aos trabalhos de manutenção da casa, que ao chegar o final de semana, isto é, só domingo, ela tem de realizar.

Através das entrevistas realizadas com as operárias, pudemos observar que a empresa não define como pré-requisito para contratação experiência profissional ou grau de escolaridade. Tanto para homens quanto para mulheres era aplicado a mesma política de recrutamento. Segundo a gerente do setor pessoal,

“A empresa até prefere contratar gente que nunca tenha trabalhado antes, isso porque ela entende que se a pessoa nunca trabalhou antes ela não traz vícios de outros trabalhos”

Delineadas então os perfis dos operários (as) da Usibrás percebemos que a divisão sexual do trabalho está fortemente demarcada na empresa, onde a operação das máquinas fica por conta dos homens por se tratar de uma atividade de muito esforço físico, portanto pesado, em contraposição ao leve trabalho feminino como sendo sempre de alguma forma continuação do trabalho doméstico, que mantêm as mulheres em postos de trabalhos cujo conteúdo guarda estreita semelhança com o trabalho doméstico. O trabalho de seleção da amêndoa exige segundo a gerente do setor pessoal delicadeza, característica essa “naturalmente feminina”.

Diante do exposto, fica claro que os atributos de gênero: pesado/leve, quente/frio, bruto/delicado, publico/privado, permeia toda a construção/divisão de tarefas/habilidades femininas e masculinas no interior da fábrica.

“(…) Até porque pra selecionar, separar, a mulher tem mais jeito”(gerente do setor pessoal da Usibrás)

Vemos então suas identidades de gênero sendo reafirmada ou reiterada a cada momento, a cada situação, invadindo todas as situações vividas, infiltrando-se por toda parte desde as relações no interior da família as relações de trabalho no interior das fabricas.

Os estudos anteriormente citados neste trabalho, já apontavam tais circunstâncias vivenciadas por homens e mulheres no mundo do trabalho, onde a lógica do espaço da casa, do privado, é transferido para esfera pública. A família nessa realidade assume uma forte centralidade nos discursos das operarias, assumindo assim uma importância tal, que compete com o trabalho na organização da vida pessoal.

Hirata (2002) em sua recente publicação, “nova divisão sexual do trabalho”, diz que a flexibilização e a terceirização do trabalho tem prejudicado as mulheres, no sentido de uma divisão sexual do trabalho mais justa. A autora explica, com base em uma pesquisa comparativa que realizou em três países dentre os quais um é o Brasil. Mostra que os empregadores preferem empregar mulheres, por serem mais competentes, organizadas, disciplinadas, estando acostumadas a fazer várias atividades ao mesmo tempo, além de uma série de qualidades que as mulheres adquirem na gestão da vida doméstica. Hirata (2002) afirma que apesar do aumento do nível de escolaridade e qualificação as mulheres continuam aceitando ganhar menos.

Na verdade o que a autora chama de nova divisão sexual do trabalho, seria muito mais uma tendência que vem se afirmando, falando a nível de Brasil, durante toda a década de 90, que diz respeito a permanência do crescimento ocupacional de mulheres em setores como o de serviço. Que vem se expandindo desde a reestruturação produtiva, definindo novos padrões de mão-de-obra, que tem levado em consideração atributos de gênero para locação de atividades dentro da fábrica.

A partir dos primeiros dados aqui apresentados da pesquisa, especificamente acerca da esfera do trabalho, nos faz lembrar de uma pesquisa realizada por Cavalcanti

(1994), com fruticultores (as), numa região produtora de frutas para exportação no vale de São Francisco. A autora buscava saber se as exigências e controles externos sobre a produção tinham alguma influência sobre a divisão sexual do trabalho entre os fruticultores, onde as mulheres eram solicitadas como mão-de-obra mais apta para a produção de frutas, como forma de se obter o padrão de qualidade satisfatório. A definição das aptidões eram construídas de acordo com as representações sociais sobre o lugar de homens e mulheres no processo de trabalho. Cavalcanti (1994) constata então que no processo de produção da uva, as tarefas femininas são aquelas associadas ao caráter “artesanal” de seu cultivo, definida como habilidades femininas. As etapas mecanizadas, dotadas de um incremento tecnológico, são eminentemente masculinas.

“Mas a importância desse fato é ainda maior se considerarmos os símbolos, socialmente construídos, que legitimam a presença feminina nesse tipo de atividade. Para os agricultores da área: produzir uvas requer “carinho”, “sentido estético” aguçado e “suavidade”, no trato com os produtores, atributos que somente as mulheres possuem.” (Cavalcanti,1998:106).

Depreende-se daí que os critérios que norteiam a preferência pelo trabalho feminino são aqueles relacionados a habilidades manuais, que supões-se ter sido adquirida na esfera doméstica. Apesar de campos de trabalhos diferentes o da uva e a do beneficiamento da castanha do caju, a lógica que permeia ambos os campos de trabalho, quanto a locação dos postos e funções de trabalhos, são definidos a partir dos atributos de gênero.

Por fim, uma primeira análise dos dados aqui expostos, acerca do universo em que se move a pesquisa: instituição e atores mostraram que a esfera do trabalho, no caso da Usibrás, esta envolvida por lógicas que extrapolam os elementos de ordem econômica, dando lugar a elementos como disse Lima (1997) antes desconsiderados.

CAPITULO IV

A CONCILIAÇÃO DO LAR E TRABALHO NA PERSPECTIVA DE MULHERES OPERÁRIAS

De acordo com a organização das relações familiares nos grupos domésticos, em nossa sociedade, os papéis sexuais são definidos segundo atribuições diferenciadas e complementares entre homens e mulheres. É atribuição do marido/pai ser o responsável pelo sustento da família, isto é, ser o principal provedor material do grupo. Cabe a esposa/mãe o desempenho do papel de organizadora da casa, se ocupando dos trabalhos domésticos e do cuidado dos filhos.

No que diz respeito a questão do trabalho doméstico, esta tem sido tratado sob diferentes orientações teóricas. Dentre algumas encontramos a de Saffioti (1979), que em suas considerações acerca do trabalho doméstico, postula ser este uma atividade não capitalista, que, todavia alimenta esse sistema. O trabalho doméstico, segundo a autora, constitui uma instância fundamental da acumulação do capital ao desenvolver um processo de troca com o mesmo.

Uma outra posição é representada pela perspectiva de Sarti (1983). A autora afirma que a discussão sobre a importância, ou não, do trabalho doméstico para a produção social é irrelevante. A autora realça que o aspecto a ser analisado, fundamentalmente, é a especificidade do trabalho doméstico dentro da família no tocante a este ser um trabalho “para os outros”, isto é, constitui uma prestação de serviços sem remuneração, realizada no âmbito doméstico.

Ambas perspectivas têm servido para explicar a questão do trabalho doméstico onde, a depender da orientação epistemológica que se empreende, irá privilegiar uma perspectiva em relação a outra. Bruschini (1990) Chama a atenção para o fato de que grande parte dos estudos sobre a condição da mulher, na sociedade industrial, se

preocupa mais em buscar a superação dessa subordinação na interseção entre os produtivos e reprodutivos, se detendo pouco no espaço doméstico.

No presente capítulo empreendemos verificar nos discursos das nossas informantes como elas articulam o mundo da casa e do trabalho, buscando ainda saber como é essa conciliação para as mulheres que são casadas e para as que apesar de não terem um companheiro, vivenciam situação semelhante, isto é, não estão liberadas das tarefas domésticas e cuidado dos filhos, comumente denominadas de chefes de família. Para tanto, estaremos relatando algumas histórias de vida.

4.1 A mulher e a realização das tarefas de manutenção da casa

Movimentos feministas acompanhados do desenvolvimento dos estudos relacionados com os sexos é que tornaram visível a atividade humana de trabalhos domésticos no âmbito do pensamento social. Inicialmente tais movimentos e estudos foram influenciados por marxistas incorporados ao movimento feminista que almejavam desvendar a base material da opressão das mulheres no capitalismo. Ao analisar o trabalho doméstico como um conjunto de relações de produção, esperava-se dar a opressão das mulheres um status comparável, no âmbito do marxismo, a exploração de classe, pois para Saffioti (1987) o trabalho doméstico era mais uma forma de produção de mercadorias, uma vez que seu produto constituía-se na força de trabalho vendida pelo trabalhador.

Porém outras posições acerca do trabalho doméstico foram desenvolvidas por pesquisadores interessados no tema. Diferentemente do que defende Saffioti, outros autores afirmam que o trabalho doméstico não produzia mercadoria alguma, seus produtos eram valores de uso que nunca chegavam ao mercado e entravam diretamente no consumo familiar, só indiretamente ajudando na reprodução da força de trabalho. No entanto as pesquisas desenvolvidas nesse âmbito concordam que o trabalho doméstico

não está sujeito as mesmas relações de produção que as de mercadorias. Em particular, as formas de controle do trabalho doméstico são diferentes. Em vez da lei do valor que se aplica a produção capitalista de mercadorias, onde de acordo com a qual mercadorias semelhantes tem que ser produzidas em tempos comparáveis a fim de que permaneçam lucrativas para as empresas que as produzem, os padrões e as quantidades de tempos consumidas no trabalho doméstico podem variar amplamente. Neste a forma de controle é mais indireta, as donas de casa estão no controle cotidiano de seu próprio processo de trabalho, tendo de organizar seu trabalho para ajustar-se as necessidades dos outros membros da família (Zaluar:1987). Apesar das variadas abordagens sob as quais a questão do trabalho doméstico é vista e seu conteúdo tenha mudado significativamente no último século com o advento da tecnologia doméstica, cujo objetivo foi economizar o trabalho das donas de casa, ainda sim o tempo consumido por este tipo de trabalho permanece, onde mesmo com todo o aparato tecnológico a mulher é a responsável por gerenciar e administrar todo o trabalho no lar.

Basicamente os trabalhos domésticos incluem a realização de todas as tarefas da casa. Estas se constituem em preparo da alimentação, limpeza da casa e de roupas e cuidados com os filhos onde é investido todo potencial da força feminina. Podemos verificar tal postura especialmente em grupos domésticos operário, onde todo o trabalho com a casa e os filhos cabe integralmente a mulher, podendo estender-se as filhas (Macedo, 1979:28). Foi o que pudemos verificar na trajetória de vida da operária 1 (Camila) , casada a dezenove anos, com três filhos, duas meninas, uma com 17 e a outra 12 anos, um rapaz, o mais velho com 19 anos. Coursou todo o primeiro grau, tendo de abandonar os estudos para casar. Casou-se ainda muito jovem com 16 anos. O motivo de ter casado tão cedo segundo ela foi:

“..É casei muito cedo, você sabe né, engravidei, os pais não perdoa tem que casar se não já viu, a pessoa fica mau falada, os vizinhos fala, a família, ai não tem jeito tem que casar mesmo..”

O marido da operária ₁, também era bem jovem quando casou, tinha 22 anos, trabalhava fazendo bico numa oficina mecânica, não chegou a terminar a quarta série do primeiro grau. Quando se casaram não tiveram condições de morar sozinhos, tendo que morar com os pais de seu marido, num quartinho ao lado da casa deles. Dois anos depois do nascimento do primeiro filho, nasce o segundo filho do casal, desta vez uma menina. Eles ainda moravam com os pais de seu marido, pois ainda estava trabalhando na informalidade sem carteira assinada.

“O ganho dele era pouco, não tinha salário fixo, não dava pra gente viver sozinho numa casa, com dois filhos pequenos pra criar, não podia nem trabalhar, ele passava o dia inteiro fora trabalhando na oficina e eu cuidando dos meninos e de casa, a mãe dele dava uma ajudinha quando podia. Mas eu era pra tudo dentro dessa casa.”

Depois de algum tempo o marido da operária ₁ conseguiu um trabalho numa prestadora de serviço da Petrobrás, onde começou a trabalhar como auxiliar de mecânico. Passado algum tempo depois, conseguiram comprar um terreno no mesmo bairro onde eles moravam com os pais do marido e aos poucos foram construindo eles mesmos com ajuda de parentes a casa em que hoje moram. Nesse período nasce o terceiro filho do casal, uma outra menina, foi logo em seguida ao nascimento do terceiro filho que a operária ₁, começa a trabalhar.

“Depois que Melissa nasceu ai a coisa pegou. Três boca pra sustentar de tudo, do comer a roupa, só o dele não dava não minha filha! Ai umas conhecida minha que trabalhava na Usibrás me falou que lá tava precisando de gente pra trabalhar, ai eu fui lá, deu certo e to lá

até hoje. Só agora é que a coisa ficou difícil, porque nós era acostumada a trabalhar de sete hora da manhã até cinco da tarde, de segunda a sexta feira, agora eles inventaram uma história de turno, ai agente tem que trabalhar até o sábado a coisa pegou pra nós que é dona de casa.”(Camila - operária 1)

Já faz nove anos que a operária 1 trabalha na Usibrás, seu marido ainda trabalha prestando serviço na Petrobrás. Ele trabalha o dia inteiro das 07:00 às 17:00 de segunda a sexta, e ela optou em trabalhar no segundo turno da fábrica que vai das 14:00 às 22:00 horas, tendo duas horas de intervalo para o jantar, onde essas horas são compensadas aos sábados, onde ela trabalha de 07:00 às 12:00.

Com a mudança de horário de trabalho, a operária 1 achou que ficou complicado realizar as tarefas domésticas, o marido também não gostou da mudança, ela fala até em deixar o trabalho, isso porque segundo ela ficou difícil conciliar a casa com o trabalho.

“Apesar das meninas me ajudar, eu tenho que dizer como é que a coisa tem que ser feita, e nem tudo elas sabe fazer. A comida só eu faço, elas ainda não sabe fazer direito, é por causa disso que eu achei melhor trabalhar de tarde, dar tempo pra mim fazer a comida, ai quando eu vou trabalhar fica tudo pronto”

Como podemos perceber, na historia de vida da operária 1, mesmo contribuindo economicamente na manutenção da casa, ela continua sendo a mentora dos serviços domésticos, a sua administração é imprescindível para o funcionamento da casa. Uma outra questão é a motivação que a levou a trabalhar fora de casa. Vários trabalhos que se referem a grupos domésticos de baixa renda, tem enfatizado o aspecto econômico como determinante para entrada de outros membros do grupo doméstico no mercado de trabalho. Isso porque as famílias de baixa renda, como é o caso da operária 1 vivenciam uma situação de salários insuficientes, onde muitas vezes o salário do pai de família não

cobre as necessidades do grupo. A otimização dos recursos de força de trabalho, isto é, a incorporação do máximo de membros ao mercado de trabalho a fim de formar uma renda coletiva que garanta as necessidades de consumo do grupo, é uma estratégia comum entre grupos operários segundo Durhan (1980) e Rodrigues (1984).

Em outros depoimentos percebemos que todas elas quando se referiam aos afazeres domésticos, seus discursos são bem próximos da realidade vivenciada pela operária 1, vejamos alguns deles:

“Minhas filhas arrumam a casa. Só que a comida eu faço a noite, quando chego do trabalho, tomo banho, nem dá tempo de assistir minha novela vou logo fazer o almoço pro outro dia. Depois no final de semana, final de semana não! Agora nem isso agente tem, só o domingo pra colocar as outras coisa em ordem, você sabe né as meninas faz mas agente tem que tá em cima senão não faz direito.”

(Carla - operária 5)

“A arrumação da casa, a cozinha, é a de treze anos que faz, Monaliza. A roupa a noite eu chego e boto no sabão. De manhã antes de sair eu enxáguo. Ontem no sábado era pra eu ir trabalhar, mas eu não fui, estava muito cansada e a casa estava muito bagunçada também, mas também nem me importa quero mesmo que eles me bote pra fora, não agüento ter que trabalhar todo sábado!”(Cristina

- operária 7)

Nos depoimentos **tomados com as operárias** observamos que o item preparação da comida destaca-se em suas falas, segundo Zaluar (1982) isso se deve ao fato de que entre os grupos de baixa renda o elemento comida, é o mais importante na hierarquia de

consumo, acompanhado da casa própria que do ponto de vista material e simbólico, constitui-se uma realização do grupo doméstico.

Quando entrevistamos as operárias que não eram casadas, as chefes de família, observamos que na ausência do marido/pai de família, elas concentram todas as decisões sobre si. Os depoimentos abaixo revelam que há uma similaridade muito forte entre as experiências das chefes de família, com as que parcialmente ajudam no orçamento da casa:

“Por exemplo: a luz. O homem veio aqui e multou minha luz eu tive que ir resolver. Tive que faltar no trabalho pra ir resolver. Essa coisa é mais pra homem. Se tivesse homem dentro de casa, quem ia era ele, mas eu tive que ir. Não resolvi no dia, tive que ir no outro. O homem veio e disse que o contador tava girando demais. O gás acabou, elas chegam e dizem: mainha! O gás acabou. Ela não pega o bujão e vai comprar, ou procura alguém para comprar. Tem que ser eu. A água, chega a conta elas não tem aquela coisa de dizer: mainha, eu vou pagar a água ou a luz, eu é que tenho de resolver aquilo ali.” (Sônia - operária 16)

“Aqui minha filha eu sou o homem e a mulher da casa, tudo aqui precisa eu ta no meio senão a coisa não anda, pára fica tudo pela metade, mau feito. Esse aí faz as coisas a pulso, a tarefa dele é mais catar feijão. Eu ensinei porque eles tem que ajudar, né?”(Sandra - operária 14)

“Ah! Porque não tem condições da gente trabalhar, eu pelo menos vou pedir as contas, conta não porque eles não dão conta, vou pedir pra dar baixa na carteira, aí não tenho direito a nada, eles não faz

acordo. Ai eu to pensando em ficar lá até o dia que em que Josué começar a trabalhar, Josué arrumando um trabalho ai eu vou sair pra vim pra casa, porque não tem condições trabalhar de segunda a sábado, ai eu chego em casa no sábado de uma e meia pra duas horas da tarde, as vezes o carro quebra no caminho, ai não dá tempo fazer mais nada no sábado, ai o domingo é pra lavar roupa, lavar e engomar.”(Simone - operária 10)

Um dos fenômenos que marcam a cena brasileira contemporânea é o aumento na proporção de famílias chefiadas por mulheres. Segundo uma pesquisa mostrada na folha de São Paulo, em 20 de dezembro de 2001, baseado nos primeiros dados obtidos com o censo 2000, a mulher atualmente, é a responsável por um em cada quatro domicílios no Brasil, com cerca de 11,1 milhões de mulheres. E essa presença é maior no nordeste, onde por conta da migração dos maridos, acaba ficando para a esposa a responsabilidade da casa e dos filhos. E é nas camadas mais pobres que encontra-se concentrado a grande maioria da chefia feminina, esta podendo ser parcial ou total.

Como mostra a fala das operárias acima, assim como as casadas, elas encontram dificuldades em conciliar os afazeres domésticos com o trabalho extradoméstico. Em especial nos chama atenção o caso da operária 10, esta é divorciada a 18 anos, a idade que tem seu filho mais novo, Josué. Ela tem ainda uma filha de 19 anos que recentemente começou a trabalhar, fato esse que desencadeou num conflito, pois seu ex-marido que até então ajudava com as despesas da casa desobrigou-se da ajuda que vinha dando, pois com a entrada da filha no mercado de trabalho ele alegou que ela (sua filha) tinha alcançado a maioridade, e que, portanto podia agora sustentar-se. O que pudemos verificar em seu depoimento, é que diferentemente das outras operárias de sua categoria conjugal, que pontuaram em seus depoimentos situações específicas como: lavar roupa, preparo da alimentação, etc. Esta elege em sua escala de prioridades, no que diz respeito

as atividades que ela entende que deve realizar, a manutenção do lar como um todo. No momento em que realizávamos a entrevista ela não pontuou especificamente um ou outro afazer, mas fala da necessidade de se dedicar mais ao lar, pensando até em deixar o trabalho para isso, como mostra a sua fala citada anteriormente. Como ela mesmo relata:

“Minha filha trabalha o dia todo, ai como lá paga hora extra, as vezes ela fica até mais tarde, até de noite, ai não tem convicções de mim ajudar. Sou eu que tenho de fazer tudo. Mas eu já to acostumada, sempre foi assim, tanto Vanessa como Josué, sempre estudaram, ai não podia me ajudar em casa, sempre fiz tudo sozinha. E agora que ela trabalha não vou exigir que ela me ajude.” (Simone - operária 10)

Responsáveis pelas tarefas domésticas, observamos que estas mulheres costumam dividi-las com as filhas, o que nem sempre ocorre em relação aos filhos. Pudemos observar tal postura na fala da operária 10 acima citado, onde em nenhum momento ela fala da possibilidade de seu filho ajudar nas atividades domésticas. Segundo Rodrigues (1984), isso se deve ao fato de que entre as gerações, a distribuição dos papéis sexuais se reproduz segundo a duplicação dos papéis masculino e feminino entre os filhos, regidos por um padrão de dupla determinação, segundo o sexo e a posição na família.

Outros depoimentos se mostraram equilibrados entre falas que contrariam a tradicional divisão sexual do trabalho e falas que reforçam as práticas e pensamentos tradicionais de definição de papéis.

“Meu menino faz tudo, só não deixo ele fazer a comida, porque ai não dá certo né? Isso fica pra mulher que tem mais jeito na coisa. Também os coleginhas dele pode ver e ficar tirando onda com a cara dele, sabe como é.” (Carmem - operária 8)

“Aqui em casa não tem isso não, aqui todo mundo faz tudo, ele tem que fazer também as coisas de casa. Essa história de ser só a mulher é coisa do passado, ele não gosta mas faz, eu já disse que ele não ia deixar de ser homem por conta disso.” (Suzana - operária 15)

Nos depoimentos das operárias 8 e 15, percebemos uma postura diferente em relação as demais operárias que em seus depoimentos reforçaram a divisão sexual do trabalho que define papéis masculinos e femininos na sociedade. Pois elas contrariam o modelo tradicional de divisão sexual do trabalho, admitindo que o homem deve participar/compartilhar das atividades do lar.

4.2 A mulher e o cuidado dos filhos

Quando o assunto é o cuidado dos filhos, observamos nos depoimentos tomados diferentes posições, algumas colocando sobre si toda a responsabilidade do cuidado dos filhos e outras pensando que este cuidado deve ser compartilhado com o homem/pai. Vejamos os seguintes depoimentos.

“Ah! Os meninos aqui sou eu quem dô conta. Tudo sou eu que resolvo, se é pra ir fazer uma matrícula da escola eu é que vou, as vezes tive até que faltar no trabalho pra resolver isso, você sabe o pai não tem jeito pra essas coisas. Comprar roupa calçado, eu mesmo faço! “ (Cláudia - operária 4)

“Agora eu é que decido tudo aqui, ele nunca fez não. Embora eu ache que os dois tem a mesma obrigação. Levar menino pro médico, matrícula, tudo sou eu. Mas aqui desde o inicio quem resolve sou eu mesmo. Sempre sou eu”(Célia - operária 6)

Conciliar a paternidade com a carreira profissional em nossa sociedade é uma questão que não se coloca para os homens (Goldenberge, 1999). Já para a mulher a questão é: dá pra ser mãe e profissional? O que podemos observar é que quase sempre as mulheres têm buscado uma solução conciliatória, qual seja, trabalhar sem deixar de optar pela maternidade. Os depoimentos tomados acima demonstram tal posição por parte das mulheres. Tal dimensão da esfera familiar, a do cuidado dos filhos, faz parte das atribuições femininas. A ausência do homem no acompanhamento dos filhos justifica-se em detrimento de algo mais importante: o trabalho. E é exatamente o oposto do que ocorre com a maioria das mulheres, para quem o trabalho é que deve ser administrado em função de algo mais essencial: os filhos. O sentimento de culpa, a necessidade de se dividir para dar mais tempo aos filhos, são sentimentos presentes no cotidiano das mulheres que trabalham. Isso foi o que observamos nos seguintes depoimentos:

“ Pra mim aqui em casa o mais difícil é achar alguém que fique com meus filhos. Tenho que trabalhar se não a gente não escapa, você sabe eles não tem pai quem dê as coisas pra eles. A gente se separou e ele nunca botou um caroço de feijão dentro dessa casa. Sou eu quem dou de tudo à eles” (Suely - operária 11)

“ Patrícia e Alexandre estudam de tarde, ai de manhã eu fico em casa com eles. Ai eu dou uma organizada na casa, faço o almoço dou pra eles, depois que dou o almoço pra eles fica tudo pronto, minha irmã vai deixar eles na escola e vou trabalhar e só chego de noite” (Selma - operária 13)

No caso da operária 13, diferentemente dos outros depoimentos das mulheres de sua categoria conjugal que preferiam trabalhar durante o dia das 07:00 às 17:00h, ela

preferia trabalhar no turno que vai das 14:00 às 22:00h, assemelhando-se a preferência da maioria das mulheres casadas. Tal opção pelo turno de trabalho levou em conta a assistência que ela deveria dar aos filhos, Patrícia com 12 anos e Alexandre com 09. É interessante notar como ela prioriza o tempo junto com os filhos. Ela prefere que as crianças estudem à tarde quando ela também está ausente por se encontrar trabalhando. Sua irmã de dezesseis anos que a ajuda com as crianças, estuda pela manhã para que a tarde ela possa ir buscar as crianças no colégio e possa ficar cuidando deles até que ela chegue do trabalho. Em seu depoimento ela fala como faz para articular o trabalho na fábrica com o cuidado dos filhos:

“ Eles já não tem um pai que cuide deles, então prefiro passar o maior tempo que posso com eles. Jéssica estuda de manhã e eu fico com eles de manhã, preparo tudo pra eles. Ensino o dever de casa, vou no médico, aproveito esse tempo que tenho com eles. Quando eu chego já é tarde da noite muitas vezes eles já ta dormindo, ai o tempo que agente tem pra da pra eles é de manhã” (Silmara - operária 12)

A operária 13, não tem um bom relacionamento com o pai de seus filhos, pois estes são frutos de um relacionamento extraconjugal dele. Ele nunca deixou a esposa com quem tem quatro filhas. Depois que ela teve o segundo filho e viu que ele não ia se separar, então ela decidiu que não queria mais se encontrar com ele. Foi aí que ela saiu de Açu, cidade que fica a 63 km de Mossoró, onde morava com seus pais e seus filhos. Já faz oito anos que ela mora na cidade. Logo em seguida ao nascimento de Alexandre, seu filho mais novo, ela decidiu que ia trabalhar e cuidar dos filhos sozinha. Depois de algum tempo ela solicita a ajuda de sua irmã mais nova para a auxiliá-la com as crianças, pois até então ela trabalhava em casa costurando onde conciliava com o cuidado com filhos sem auxílio de outras pessoas. Contudo, segundo ela, só com o que vinha ganhando com a costura não estava dando mais pra cobrir os gastos com os filhos

que estavam crescendo, foi aí que ela começou a buscar outro trabalho, e através de contatos com outras mulheres do bairro que ela mora, conseguiu ir trabalhar na Usibrás, onde já faz três anos em que lá trabalha.

Quando confrontamos as experiências dos dois grupos de mulheres, não encontramos significativas diferenças entre elas, todas elas tomam para si a inteira responsabilidade de cuidar dos filhos. Apesar da fala de algumas relatarem que o dever é do casal, no caso das casadas, tal discurso não se realiza na prática, onde toda a responsabilidade recai sobre a mãe.

Tal sentimento de responsabilidade que a mulher toma sobre si quanto ao cuidado dos filhos, faz parte, segundo Giddens (1993) de um conjunto de influências que afetaram as mulheres a partir do final do século XVIII, ao qual o autor chama de “invenção da maternidade”. O autor assinala que no final do século XIX houve um declínio do poder patriarcal, que resultou num maior controle das mulheres sobre os filhos. Tal modelo consolidou-se em uma ideologia que passou a exaltar o papel natural da mulher como mãe, atribuindo-lhe todos os deveres e obrigações na criação dos filhos, limitando assim sua função social feminina à realização da maternidade.

Tal questão tem sido amplamente discutida pelos movimentos feministas, que contribuíram para verbalizar a tomada de consciência das mulheres a respeito das implicações sociais e políticas da maternidade. Feministas com ideais libertários, que politizou as relações da vida privada, valendo-se de reflexões sobre questões ligadas a esfera da vida íntima, colocou em destaque, nos anos setenta (continuando pelos anos oitenta) a discussão do significado da maternidade. Os estudos feministas de então privilegiaram a maternidade para explicar a situação de desigualdade das mulheres em relação aos homens, considerando a maternidade o eixo central da “opressão das mulheres”, já que sua realização determinava o lugar das mulheres na família e na sociedade. Portanto, a recusa consciente da maternidade foi o caminho proposto por

esse feminismo para alcançar a liberdade. Esta recusa consistia em uma tentativa de negar o determinismo dado pela natureza, um vez que ele era um argumento forte para justificar a desigualdade entre os sexos. Na França destaca-se Simone de Beauvoir (1975 e 1977), a mais expressiva expoente intelectual dessa corrente teórica. Fruto de reflexões mais recentes inspiradas pela psicanálise, uma outra corrente recupera a maternidade como um poder insubstituível que só as mulheres possuíam (Chodorow, 1989). O problema não era mais a negação da maternidade, mas a divisão equitativa das responsabilidades entre mãe e pai.

De fato, passou-se das posições que ressaltavam as implicações sociais negativas da maternidade para as que valorizavam seus aspectos psicoafetivos. No seu conjunto, essas reflexões constituem uma crítica feminista ao discurso dominante da “invenção da maternidade”. Os elementos deste contra-discurso contribuíram para uma maior tomada de consciência das mulheres na construção de uma escolha reflexiva da maternidade. Por outro lado contribuíram para o questionamento mais profundo das relações de gênero na família discutindo o lugar do pai nesta. Foi o que observamos na postura de algumas de nossas informantes:

“Aqui não tem essa não, ele tem que cuidar sim dos filhos, eu não fiz só. Essa história que só a mulher que tem que cuidar é coisa do tempo da minha mãe, os tempos mudaram minha filha, agora é assim, fez tem que cuidar!” (Carmelita - operária 2)

“Bem eu sou da opinião que os dois é quem deve cuidar. Mas ele sempre acha uma desculpa, não sabe resolver essas coisas, que eu tenho mais jeito, ai agente é quem fica com tudo.”(Catarina - operária 3)

4.3 A mulher e as atividades extra lar e trabalho

Quando perguntamos acerca do lazer, se elas realizavam alguma outra atividade que não estivesse ligado nem a casa nem ao trabalho na fábrica, todas as nossas entrevistadas foram unânimes em afirmar que não tinham tempo para tal coisa, alegando que os trabalhos com a casa e os filhos lhes consumiam todo o tempo que tinham após a jornada de trabalho na fábrica. No entanto observamos que destacou-se em seus depoimentos a questão da visita a parentes como forma comum de distração. Vejamos os seguintes depoimentos:

“Não vou pra canto nenhum, fico em casa. Ia pra casa de minha vó lá na Abolição, passava o final de semana e só, mas quando casei até isso acabou, esse negocio de sair acabou” (Cecília - operária 9)

“Não dá tempo (risos). A gente sai muito pouco, as vezes a gente vai na casa da mãe dele e da minha” (operária 5)

“A última vez que eu saí? Saí não. Nunca mais que eu sai. Chego em casa, tem tanta coisa pra fazer, a gente faz uma , faz outra, o tempo passa , pronto. A gente não faz nada. Não tenho coragem de sair pra canto nenhum. É de casa pro trabalho, do trabalho pra casa”.

(Silmara - operária 12)

A mulher/mãe/esposa encontra-se tão envolvida com as exigências do trabalho remunerado, somando-se a isso, as demandas da casa e da família, de maneira que sobra pouco, ou muitas vezes, nenhum tempo para o lazer pessoal. Percebemos em seus depoimentos que o trabalho remunerado que toma a semana inteira e as vezes parte do final de semana, foi apontado pelas entrevistadas como o responsável pela falta de tempo para se dedicarem a outras tarefas que não seja propriamente o lar.

Como já foi dito anteriormente, as operárias se encontram insatisfeitas por estarem trabalhando aos sábados, de forma que todos os depoimentos convergiram no sentido de que por causa de terem de trabalhar aos sábados, o que já era difícil, a conciliação do lar e trabalho, segundo as entrevistadas ficou ainda muito pior, pois agora parte do final de semana que elas tinham para dedicar-se aos filhos e a casa agora passa a ser consumido pelo trabalho, gerando assim muito cansaço e até um baixo rendimento no trabalho. É isso que nos mostra seus depoimentos a seguir:

“Porque pra dona de casa... pra as meninas solteira não, tem mamãe pra fazer, quando chega no sábado não vão fazer mais nada, vai é se divertir, vai andar, vai fazer o que quer. E nós dona de casa só temos o domingo pra fazer as coisas de casa. A segunda feira pouca gente da produção, cansaço do lar, porque é cansativo trabalhar de segunda a segunda” (Simone - operária 10)

Todos os outros depoimentos tomados se assemelham ao da operária 10, no grupo estudado as mulheres estão tão envolvidas com os afazeres domésticos e com o trabalho na fábrica que impossibilita sua participação em qualquer outra atividade que não estejam entre essas duas dimensões lar e trabalho. Tal situação vivenciada pelas mulheres que entrevistamos, que é a de sobrecarga de trabalho trazida pela dupla jornada, implica menos tempo, ou tempo nenhum, para a constituição de um espaço individual e social próprio, que termina por limitar imensamente suas possibilidades de inserção criativa e construtiva no mundo social. Hanna Arendt (1988) sintetiza que para as mulheres, o espaço privado é o espaço da privação e não, como o é para os homens, o da privacidade, uma vez que lhes priva das possibilidades de intervenção no mundo público.

Na prática, as mulheres além de cuidarem de si mesmas, o que deveria ser um imperativo para toda e qualquer pessoa adulta, independente do sexo, responsabilizam-

se e cuidam sozinhas dos mais frágeis, crianças, velhos e doentes e dos adultos saudáveis do sexo masculino. É o caso da operária 4, além de cuidar do marido e dos filhos tem de cuidar ainda do pai de seu esposo que está muito doente. Nem um dos quatro irmãos de seu esposo se dispuseram a ficar com o pai, então seu marido o trouxe para morar com eles para que pudessem cuidar dele, visto que sua mãe era falecida e não tinha quem desse assistência a ele. Contudo todo o trabalho ficou mesmo para ela que tem de dar toda assistência ao sogro, pois seus filhos são adolescentes, e segundo ela não sabem cuidar do “velho”. Vejamos seu depoimento a seguir:

“Ah, minha filha depois que o velho chegou aqui, aí que eu não tenho tempo pra mais nada. Mas também a gente não podia abandonar ele né? Só nós aqui é que é por ele. Ai já viu se eu não saía agora que ficou difícil.” (Cláudia - operária 4)

Muitos elementos sustentam a manutenção dessa lógica. A relação desigual na distribuição do tempo entre produção e reprodução é uma delas, onde na hierarquia social, a produção de bens sempre esteve em um lugar superior ao da reprodução humana. Implícita nessa valorização está a significação de gênero dessas esferas, qual seja, a produção como espaço masculino e, portanto, dos homens e a reprodução como espaço feminino. Decorre daí que as mulheres se integram na produção através da dupla jornada de trabalho e assim seu trabalho gratuito no âmbito doméstico serve como mais um suporte para acumulação do capital (Saffioti 1987).

Mediante os dados aqui expostos, observamos que diferentes posições estão presentes nas atitudes das mulheres operárias que este estudo empreende. Entendemos que algumas posturas mais conservadoras ou mesmo tradicionais dessas mulheres, que num primeiro momento percebemos como uma negativa a hipótese formulado por Lobo(1991) onde com o advento da entrada da mulher no mercado de trabalho, esta passava agora a engendrar uma nova identidade. Contudo, percebemos que tais atitudes

de conservadorismo que tendem a reforçarem as práticas de dominação masculina, muitas vezes se apresentam como estratégias pelas quais estas mulheres processam o caminho da mudança, sem que haja rupturas radicais com as antigas estruturas. Segundo Giddens (1991) toda mudança exige tempo para que seja processada na vida dos indivíduos, a mudança social seja ela qual for leva tempo pra tomar forma na vida cotidiana das pessoas.

Apesar de discretas, algumas posições do grupo investigadas sinalizam frestas de independência e liberdade, conseguida através da sociabilidade construída no ambiente de trabalho. Observamos que com a entrada da mulher no mercado de trabalho as relações de poder no geral sofre alterações, provocando assim transformações nas relações familiares. Segundo Mendes(2001) as mudanças ocorridas na família através das mulheres não se caracterizam essencialmente por mudanças bruscas e posturas radicais, ao contrário, parecem se estabelecerem paulatinamente, onde novos elementos vão sendo implantados e outros conservados. Tais elementos acabam sendo significativos tanto para o redimensionamento dos papéis na unidade domiciliar como para a manutenção de posturas tradicionais.

Quando confrontamos as posturas das mulheres casadas com as que são chefes de família, não conseguimos perceber grandes diferenças entre elas no que diz respeito as situações que nos propomos a analisar (realização das tarefas domésticas, cuidado dos filhos e participação em atividades extra lar e trabalho). Bourdieu (2000) diria que tal fato se dá pela eficiência presente nas estruturas de dominação masculina, que tendem a naturalizar as práticas dessa construção histórica e cultural que é a dominação masculina. Por dominação masculina Bourdieu define como:

“A primazia universalmente concedida aos homens que se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de

produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os habitus: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais.”(BOURDIEU, 2002:45)

Trabalhando com a noção de habitus sexuado e sexuante, Bourdieu (2000) torna compreensível a forma pela qual a interação entre agentes e cultura produz formas de visão e de divisão do mundo social. As próprias estruturas cognitivas, como processo construído, não existe fora de sua relação com as estruturas objetivas, constituído-se naquilo que estrutura o próprio indivíduo. Para o autor o habitus sexuado e sexuante torna-se um dos mediadores da relação social dos agentes, os quais funcionam de acordo com as disposições que lhes foram inculcadas, mas que existe como exterioridade apropriada. Interpretando Bourdieu, Ortiz (1979) é quem sintetiza a idéia de que a crença coletiva que solda no interior do campo agentes em posições assimétricas de poder, fundamenta-se no desconhecimento pelos agentes, de que o mundo é um espaço de conflito e de concorrência entre grupos de interesses distintos, sabendo que é o habitus que assegura a interiorização da exterioridade adequando a ação do agente a sua posição social.

Sendo assim Bourdieu (2000) afirma que a recriação continuada das estruturas objetivas e subjetivas da dominação masculina, é produto de um trabalho histórico de eternização, onde instituições como escola, Estado, igreja e fundamentalmente a família contribuem para tal feito.

As orientações teóricas de Bourdieu aqui expostas, cabe perfeitamente no universo da pesquisa ora empreendida, pois mesmo com o aumento do acesso dessas mulheres ao mercado de trabalho que provocaram mudanças tanto em suas identidades como afirma Lobo(19991), como em suas relações familiares e conseqüentemente alterando suas relações, principalmente as de poder entre os gêneros, e que ao mesmo tempo reforçam práticas que garantem a permanência das estruturas de dominação masculina. Foi o que observamos no estudo do grupo investigado, verificamos uma espécie de confronto entre novas e velhas estruturas sociais, onde a inserção da mulher no mundo público através do trabalho constitui-se como um elemento novo que pode redefinir os papéis sociais desempenhados pelos indivíduos na sociedade a partir da perspectiva de gênero. Isso porque o trabalho extradoméstico constitui parte inalienável das atividades que a sociedade espera ver o homem realizar. Este mesmo trabalho, quando realizado por mulheres, representa o desempenho de um papel social conquistado ou imposto, porém não vinculado ao comportamento esperado do sexo feminino.

Tendo de se dividir entre a família e o trabalho remunerado, o grupo de mulheres que entrevistamos procura articular os dois espaços de modo que possam transitar entre si sem que necessariamente tenha que optar por uma das esferas de sua atuação. Isso porque, é através do rendimento do trabalho na fábrica que provem o sustendo parcial da casa ou mesmo total no caso das mulheres que respondem financeiramente pelo sustendo da família, comumente designadas de chefes de família. Motivadas por questões de sobrevivência, isto é, de situação de pobreza, essas mulheres submetem-se a uma dupla jornada de trabalho com o objetivo de satisfazer integralmente ou mesmo em parte as necessidades de seu grupo doméstico. Tais mulheres estão de tal forma tão envolvidas com o trabalho extradoméstico, os afazeres do lar e com o cuidado dos filhos, que vêm-se privadas de qualquer tipo de lazer ou prazer pessoal, onde na

verdade seu único prazer é o de poder prover o sustento de sua família, razão pela qual justifica-se sua ausência no espaço privado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho perseguimos o objetivo de saber como mulheres operárias de baixa renda, que moram em Mossoró/RN, fazem para articular a casa e o trabalho, tendo, portanto, de se dividir ora como trabalhadora na fábrica, ora como mãe e doméstica.

Os resultados da presente pesquisa não se apresentam como conclusivas ou definitivas, antes pensamos que o mais importante foi ter conseguido um longo e valioso aprendizado enquanto pesquisadora na realização desta dissertação. Levo em consideração as limitações sofridas pelas dificuldades encontradas no trabalho de campo, como também o esforço intelectual na análise e interpretação dos dados, resultado de um trabalho árduo.

Os indicadores que utilizamos como parâmetros para a realização da pesquisa que foram: tarefas de manutenção do lar, cuidado dos filhos e atividade extra lar e trabalho (lazer), indicaram, numa tendência mais geral, que a inserção no mercado de trabalho tem trazido novas experiências para as mulheres acostumadas a terem seus horizontes restritos a manutenção da família. A família, nesse sentido, tem tomado novas configurações, com o surgimento da família monoparental, onde somente um dos cônjuges vive no domicílio, surgindo o que Castells (1999) chama de crise da família patriarcal, na medida em que o comando da casa deixa de ser exclusivamente do homem. Um outro fato, é que a inserção da mulher no mercado de trabalho, fortemente incentivada pela crise econômica tem trazido novas configurações para a população mundial, com reduções de taxas de fecundidade, adiamento do nascimento dos filhos e redução do número de filhos. E assim novos padrões familiares têm sido desencadeado com o surgimento cada vez mais crescente de famílias dirigidas por mulheres. Tal questão, a das “mulheres chefes de família” mostra-se complexa, tanto no que diz

respeito ao seu entendimento como ao seu estabelecimento, pois engloba um leque de questões subjacentes, como poder econômico, poder de decisão, modelo familiar e relações de gênero. Como diz Scott (2000), esse suposto fenômeno da chefia feminina é “recheada de particularidades bem identificáveis, mas extraordinariamente diversificada na sua ocorrência” (p.2).

Tais tendências gerais se apresentaram nas experiências e trajetórias de vida do grupo de mulheres aqui estudado. Observamos que ao saírem do espaço da casa para o trabalho na fábrica, as relações familiares sofreram alterações, onde novos arranjos e estratégias tiveram de ser engendradas a fim de possibilitar a conciliação entre os dois espaços. Espaços esses que num primeiro momento poderíamos percebê-los como opostos, com lógicas próprias de funcionamento num e noutro, no entanto o que observamos, foi que a esfera de trabalho destas mulheres se encontra envolvido por lógicas que estão para além da economia, onde atributos de gênero têm demarcado os lugares de homens e mulheres dentro da fábrica. Constatamos na entrevista realizada com a gerente do setor pessoal, a ausência de códigos verbais para descrever os postos e tarefas desempenhadas no interior da fábrica pelas mulheres, onde observamos que a todo momento a gerente recorria a figuras de linguagem comparando as atividades das operárias na fábrica com as atividades doméstica, principalmente as imagens de mães e esposas . Isso porque: *“Ah! Por ser um serviço sentado, ele é muito rotineiro, só sentado parado. (...) Até porque pra selecionar, separar, a mulher tem mais jeito”*(gerente do setor pessoal da Usibrás). Tal observação reforça o que os estudos anteriormente citados no primeiro capítulo apontavam, qual seja, a de que as mulheres tem sido mantidas em postos de trabalhos, cujo conteúdo guarda estreita semelhança com o trabalho doméstico (Abreu:1993; Blay:1978; Bruschini:1989)

Um outro fato ainda constatado foi que apesar das mudanças provocadas por estas mulheres com a saída do espaço restrito da casa para o trabalho, foi que tal mudança

não necessariamente vieram acompanhadas de maior autonomia e emancipação destas mulheres. Pois mesmo contribuindo parcialmente ou mesmo integralmente para o sustento de seu grupo doméstico, estas mulheres continuam conformando sobre si toda a responsabilidade com a casa e com o cuidado dos filhos, privadas de qualquer lazer, visto que se encontram de tal forma tão envolvidas com o trabalho na fábrica e os afazeres domésticos que não lhes restam tempo para pensar em outra coisa que não seja o trabalho e a família, sendo que o trabalho no discurso destas mulheres só justifica-se em função da família.

Tais fatos, segundo Bourdieu (2000) só serão superados através de uma ação política, que a longo prazo, venha a romper com as estruturas incorporadas que produzem e reproduzem a dominação masculina. A dominação masculina, tomada por Bourdieu como recorrente em diferentes períodos históricos e em diferentes sociedades, foi tida e analisada como compartilhada por suas vítimas que não a sentem como dominação, já que encontra-se naturalizada, dominação essa que mesmo oculta é reproduzida por intermédio de poderosas instituições tais como a família, a igreja e a escola. E para o autor, é principalmente no espaço das relações familiares, e também da escola que se dá a transmissão tradicional das disposições, ou seja, dos vários elementos componentes do *habitus*. Nesse sentido a família é então entendida como o primeiro espaço de interiorização dos condicionamentos socioculturais, pois as primeiras experiências realizadas no espaço das relações familiares têm um peso fundamental na constituição da estrutura do *habitus*. As lições de moral, os interditos, os conflitos, o gosto e principalmente as definições de papéis feminino e masculino, são manifestações familiares da interiorização do *habitus* que os agentes conformam sobre si (Bourdieu: 1983). O *habitus*, então, tende a assegurar sua própria constância, constituindo-se como uma defesa contra a mudança, rejeitando as informações que coloquem em questão a informação antes acumulada. Sendo assim para Bourdieu (1989) a prática dos agentes,

seja homem ou mulher, seria definida como resultado de um *habitus*, sinal incorporado de uma trajetória social; e de um *campo social* funcionando neste aspecto, como um espaço de obrigações que possuem a propriedade de operar com a cumplicidade do *habitus*.

Nesse sentido concordamos com o autor, pois se não lançarmos mão de dispositivos que venham de fato a romper ou mesmo repensar tais estruturas, os direitos formalmente alcançados passam a ser uma conquista esvaziada de realização prática, sem alterar de fato as condições de vida das pessoas, sem se tornar uma bem na vida cotidiana, tornando-se algo abstrato. Sobre esse questão dos direitos, Bobbio (1998) coloca algumas questões que considero fundamental,

“(...) mas uma coisa é proclamar esse direito, outra é desfrutá-la efetivamente. A linguagem dos direitos tem indubitavelmente uma grande função prática, que é emprestar uma força particular as reivindicações dos movimentos que demandam para si e para outros a satisfação de novos carecimentos materiais e morais” (Bobbio, 1992:54)

Por fim, acreditamos que a construção de uma ação política voltada para as questões de gênero, passa por processos educativos, através dos quais as informações sejam repassadas, socializadas, apreendidas como parte de um bem social comum a todas as pessoas. Com isso não queremos negar os ganhos empreendidos pelo movimento feminista ao longo de sua trajetória, mas somente evidenciar que tais ganhos não alcançaram todas as mulheres com a mesma intensidade, portanto, passivos de estratégias que viabilizem estender tais ganhos a todas as mulheres levando em conta sua classe, raça e tantos outros fatores que particularizam as experiências das mulheres na sociedade.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, L. e ABREU, Alice R. de P.(1998) **Gênero e Trabalho na Sociologia latino-americana**, São Paulo, ALAST.
- ANTUNES, Ricardo. (1999) **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo. Caps. I
- ABREU, Alice R. de Paiva. (1993) Trabalho a domicilio e relações de gênero: as costureiras externas no Rio de Janeiro. In; **O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadoras a domicilio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio fundo editora.
- AGUIAR, Neuma. (1984) **Mulheres na força de trabalho na América Latina análises qualitativas**. Petrópolis: Vozes.
- ALVIM, M. Rosilene B. (1979) Notas sobre a família num grupo de operários têxteis. IN: **mudança social no nordeste – a reprodução da subordinação (estudos sobre trabalhadores urbanos)**. (Org.) José Leite Sérgio Lopes. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ARILHA, M. (1998) Homens, saúde reprodutiva e gênero: o desafio da inclusão. In: Giffin, K. & Costa, S. (Org.) **Questões de Saúde Reprodutiva**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 455-467.
- BARRET, M. (1996) **Feminismo**. In BOTTOMORE, Tom, OUTHWAITE, William (org.) **Dicionário do Pensamento Social do Século XX/ editado por Tom Bottomore, William Outhwaite** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996
- ____ (1999) As palavras e as coisas: materialismo e método na análise feminista contemporânea. **Revista de estudos feministas**. Santa Catarina. IFCS/UFRJ, V.7, N.1
- BEAUVOIR, Simone de (1988) **O segundo sexo**. 6^aed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BOBBIO, Norberto (1992) **A era dos direitos**: Rio de Janeiro: Campus.
- BLAY, Eva. (1978) **Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista**. São Paulo: Ática.
- ____ (1981) Dormitórios e vilas operárias: o trabalhador no espaço urbano Brasileiro. In; **Habitação em Questão**. (Org.) Lúcia do Prado Valadares. Rio de Janeiro: Zahar editores.
- BRUSCHINI, Cristina. (1999) **Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade**. Rio de Janeiro: ALAST.
- ____ (1996) **Algumas reflexões sobre o uso de estatística a questão de gênero**. Rio de Janeiro. (Apresentado na 4^o conferência nacional de estatística, de 28 a 31 de maio).

- ____ (1990) Mulher e trabalho: avaliação de uma década. **Revista da fundação Seade**. São Paulo, Jan. /Abr.
- ____ (1990) **Mulher, casa e família**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas.
- ____ (1989) **Tendências na força de trabalho feminino brasileiro nos anos 70 e 80: algumas comparações regionais**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- BOURDIEU, Pierre.(2002) **A dominação masculina**. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- ____ (1989).**O poder simbólico**. Lisboa: Difel.
- ____ (1983) **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero
- CASTELLS, Manuel (1999) **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra.
- CAVALCANTI, Josefa Salete B. (1996) **Mulher e trabalho na fruticultura**. Recife: Mimeo.
- CENSO 200 – Pagina Especial 1 In: **Folha de São Paulo**, 20 de dezembro, 2001.
- CHODOROW, N. (1989). **Psicanálise da maternidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos.
- CORREA, Mariza. **Repensando a família patriarcal brasileira**. São Paulo: Brasiliense.1984
- COSTA, M. (1995) **Macho, masculino, homem**. São Paulo: Siciliano.
- DURHAM, Eunice R. A família operaria: consciência e ideologia. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro. Vol. 23, n.º 2, julho de 1980.
- FOUCAULT, Michel (1979) **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FREDERICO, C (1978) **Consciência operária no Brasil**. São Paulo: Ática.
- GIDDENS, A (1993) **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP.
- GIL, C. (1979) **Métodos e técnicas da pesquisa social**. São Paulo: Atlas. S. A.
- GOLDANI, Ana Maria. (1994) As famílias brasileiras: mudanças e perspectiva. In: **Cadernos de pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 91.
- HAGUETTE, J. M. F. (1999) **Metodologias qualitativas na sociologia**. São Paulo: Vozes.
- HEILBORN, L. (1998) Em cena os homens. **Revista de estudos feministas**. Santa Catarina: UFSC, Vol. 2 n.º..., Jul.

- HIRATA, Helena. (1984) O emprego industrial feminino e a crise econômica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 4, n. ° 11.
- MACÊDO, M. S. (2001) **Tecendo o fio e segurando as pontas: Mulheres chefe de família em Salvador**. In: Tempos e lugares de gênero. (Org.) Cristina Bruschini e Célia Regina Pinto. São Paulo: Ed.34.
- MACHADO, Lia Zanotta. (1992) Feminismo, Academia e interdisciplinaridade In COSTA, Albertina de Oliveira, BRUSCHINI, Cristina (org.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- MEDINA. Carlos. Família, ontem, hoje, amanhã. **Debates Sociais** – número especial. Seminário PUC-RIO/ novembro de 1990.
- MENDES, Mary Alves. (2000) **Mulheres no PREZEIS: conquistando a cidadania e redefinindo as relações de gênero**. Recife. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFPE.
- MONTALI, L. (1998) **Trabalho e família sob a reestruturação produtiva**. Caxambu: ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais, X encontro.
- MORAES, Quartim Maria. Família e Feminismo. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, (37): 44-51, Maio de 1981.
- ORTIZ, Renato. (1983) **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática.
- PIERUCCI, Flávio (1999) **Ciladas da Diferença**. São Paulo, Curso de pós-graduação em sociologia da Universidade de São Paulo, Editora 34.
- PRADO, Danda. (1979) **Ser esposa: a mais antiga das profissões**. São Paulo: Brasiliense.
- RICHARDSON, R. J. (1999) **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas.
- RODRIGUES, Arackcy.(1984) O padrão de distribuição dos papéis familiares em famílias operárias. In: **Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativa**. Petrópoles: Vozes.
- SAFFIOTI, Heleieth.(1992) **Rearticulando Gênero e Classe Social**. In COSTA, Albertina de Oliveira, BRUSCHINI, Cristina (org.) Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- _____(1987) **O poder do Macho**. São Paulo: Ed. Moderna.
- _____(1985) Formas de participação da mulher em movimentos sociais. In: **Política e administração**. Rio de Janeiro. FESP.
- _____(1984) **Mulher Brasileira: Opressão e exploração**. Rio de Janeiro: Achiamé.
- _____(1979) **A mulher na sociedade de classe: Mito e realidade**. Petrópoles: Vozes.

- SARTI, Cynthia A (1983) **Cotidiano Feminino: lugar dos outros**. Caxambu: Anais do VII encontro anual da ANPOCS.
- SCOTT, Joan. (1996) **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife, SOS/CORPO.
- SCOTT, Russell Parry. (1990) O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiência do domínio doméstico. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo. Pag. 37-47.
- ____ (2000) Mulheres chefes de família: abordagens e temas para as políticas públicas. In.: **Encontro nacional de estudos populacionais**, Caxambu. Anais. Belo Horizonte; ABEP.
- SORJ, Bila e HEILBORN, M. L. (2000) **Estudos de Gênero no Brasil**. In Micelli, Sérgio e outros: o que se deve ler em ciências sociais, sociologia.
- SOUZA, Lobo. (1991) **A classe operaria tem dois sexo: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense.
- ZALUAR, Alba. (1982) As mulheres e a direção do consumo doméstico: estudo de papéis familiares nas classes populares urbanas. In **Colcha de retalhos**. São Paulo: Brasiliense.

ANEXO

Roteiro de Entrevista: realizada com as operárias

1. Unidade doméstica

- 1.1 Localização
- 1.2 Quantas pessoas moram na casa;
- 1.3 Quem são essas pessoas;
- 1.4 Qual a idade dessas pessoas;
- 1.5 Quantos trabalham;
- 1.6 Onde trabalham;
- 1.7 Quais são os que trabalham;
- 1.8 Quem não trabalha faz o que;
- 1.9 Situação residencial

2. Trabalho doméstico

- 2.1 Quem limpa e quem arruma a casa
- 2.2 Quem cozinha;
- 2.3 Quem lava e passa a roupa;
- 2.4 Quem vai fazer a feira;

3. Cuidado dos filhos

- 3.1 Quem fica com as crianças enquanto você trabalha;
- 3.2 Quem leva os filhos para escola;
- 3.3 Quem leva as crianças para médico e quem dá os remédios quando necessário;
- 3.4 Os filhos participam das tarefas do lar;
- 3.5 Quem as ensinou;

4. Fale um pouco do seu trabalho

- 4.1 Qual a sua função;

4.2 Como você a realiza: manualmente ou com auxílio de máquinas;

4.3 Qual o horário do seu trabalho;

4.4 Quem ganha mais na casa;

4.5 O que você faz com o dinheiro que ganha;

4.6 Recebe ajuda de familiares que moram com você;

4.7 Quem você acha que deve trabalhar para sustentar a casa;

5. Atividades extra lar e trabalho

5.1 Realiza alguma atividade que não esteja necessariamente vinculada ao trabalho na fábrica e na casa.

BANCA EXAMINADORA

Presidente/orientador

Dr. Russell Parry Scott

Examinador interno

Dr. José Sergio Leite Lopes – UFPE

Examinador externo

Maria Rosilene Alvim - UFRJ